ADRIANO ERDEI BRAGA TAVARES

**Acesso à justiça e gratuidade: análise dos critérios de aplicação do
instituto em demandas cíveis**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Prof. Associado Dr. Heitor Vitor Mendonça Fralino Sica

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo

2020

ADRIANO ERDEI BRAGA TAVARES

**Acesso à justiça e gratuidade: análise dos critérios de aplicação do
instituto em demandas cíveis**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na área de concentração Direito Processual Civil, sob a orientação do Prof. Associado Heitor Vitor Mendonça Fralino Sica.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO

São Paulo
2020

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Tavares, Adriano Erdei Braga

Acesso à justiça e gratuidade: análise dos critérios de aplicação do instituto em demandas cíveis ; Adriano Erdei Braga Tavares ; orientador Heitor Vitor Mendonça Fralino Sica -- São Paulo, 2020.

203

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito Processual) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2020.

1. Direito processual civil. 2. Gratuidade de justiça. 3. Critérios de aplicação. I. Sica, Heitor Vitor Mendonça Fralino, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho certamente não seria possível sem o auxílio e o suporte de uma série de pessoas.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus pais, Valdemar e Magaly, que não mediram esforços para que eu tivesse acesso a melhor educação possível.

Aos meus irmãos Renata, Fernando e Juliana, pelo apoio e carinho de sempre.

Ao meu orientador, Heitor Sica, não só por toda a dedicação dispendida na orientação deste trabalho (que certamente é um exemplo a ser seguido), mas também pelos quase 10 anos de ensinamentos (como professor e orientador de iniciação científica e tese de láurea), bem como por ser um contínuo incentivador da minha trajetória acadêmica.

Ao Departamento Jurídico XI de Agosto, sem dúvidas a atividade para a qual mais me dediquei ao longo da faculdade e que certamente me transformou como pessoa, advogado e acadêmico, tendo aguçado meu interesse em estudar temas como os tratados neste trabalho.

Aos professores Susana Henriques da Costa e Carlos Eduardo de Salles, pelas críticas e sugestões na banca de qualificação, que foram essenciais para que eu pudesse encontrar uma forma de realizar esta pesquisa.

À Maria Cecília Asperti, que além de exemplo de professora, acadêmica e advogada, foi fundamental para que eu definisse o tema deste trabalho, além de estar sempre abrindo portas para mim nas áreas acadêmica e profissional.

Aos escritórios em que trabalhei, Schültzer e Alves de Souza; Bergamaschi e Bozzo; e Andrade, Lacaz e Vasconcelos, que sempre me incentivaram, bem como forneceram suporte para que eu pudesse desenvolver minhas atividades acadêmicas.

Ao Dr. Cesar Ciampolini Neto, que igualmente me incentiva a prosseguir na vida acadêmica e com quem tenho tido o privilégio de aprender nos últimos anos.

Às minhas colegas e aos meus colegas de trabalho, pelo suporte e apoio, especialmente no último ano da pesquisa.

Aos meus amigos Caroline Boll e Raul Zocal, que se dispuseram a ler e revisar atentamente este trabalho, fazendo críticas e ponderações muito importantes para seu desenvolvimento e conclusão.

Ao amigo Pedro Schilling, com quem tive muitas discussões profícuas na época da elaboração do relatório de qualificação e que também contribuiu de forma decisiva na finalização deste trabalho.

Ao colega Luis Paulo Soares, que tive o prazer de conhecer na reta final desta pesquisa e que me forneceu fundamental ajuda.

Ao meu primo Rafael Tavares e ao amigo Felipe Dias, que me prestaram auxílio essencial na parte estatística do trabalho.

Aos meus demais familiares, bem como às amigas e aos amigos que me prestaram suporte ao longo do desenvolvimento deste trabalho e que relevaram minhas constantes ausências.

Por fim, e mais importante, à minha companheira Cecilia Lerario, que não só me apoia e me incentiva constantemente, como também reviu este trabalho (e praticamente todos os demais que eu fiz ao longo da faculdade e da pós-graduação), sempre fazendo críticas e dando sugestões que me ajudam a progredir.

RESUMO

TAVARES, Adriano Erdei Braga. *Acesso à justiça e gratuidade: análise dos critérios de aplicação do instituto em demandas cíveis*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2020.

A aplicação da gratuidade de justiça em demandas cíveis apresenta uma dificuldade central: a ausência de critérios mais bem definidos a respeito do que seja “ausência de recursos”, expressão utilizada pelo *caput* do artigo 98 do Código de Processo Civil para estabelecer o destinatário desse direito. Para alguns, essa falta de padronização gera excesso de deferimentos, os quais, por sua vez, estimulam a litigância temerária e contribuem para o aumento de demandas judiciais. Para outros, a ausência de critérios acarreta restrições indevidas a quem não possui condições, de fato, de fazer frente às despesas processuais. A análise desse problema foi dividida, então, entre legislação aplicável, entendimentos doutrinários e jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo, no ano de 2018, aferida por meio de levantamento empírico-jurisprudencial, com base em cálculo estatístico para estimativa de amostra representativa do universo de julgados da segunda instância naquele ano. As perguntas principais de pesquisa, em tese aferíveis por meio da pesquisa empírica, foram: a) há padronização nos critérios de aplicação da gratuidade de justiça? b) como é processado o pedido de justiça gratuita? Ou seja, aplica-se a presunção de veracidade da autodeclaração de hipossuficiência formulada por pessoa física ou exige-se comprovação? c) tem sido aplicada a previsão de modulação da gratuidade? Foram estabelecidas, então, as seguintes hipóteses: i) não há uniformidade nos critérios aplicados para análise da hipossuficiência, tampouco na forma de processamento dos pedidos; ii) a presunção de veracidade da autoafirmação de hipossuficiência da pessoa física não é aplicada; iii) as previsões legais de modulação da isenção não são aplicadas. Além disso, foram formuladas as seguintes perguntas secundárias: a’) em que situações, no caso de requerente pessoa física, deve ser afastada a presunção de hipossuficiência? b’) quais documentos comprovam a ausência de recursos, tanto para a pessoa natural quanto para a pessoa jurídica? c’) à luz da finalidade do instituto, é desejável a determinação de critérios objetivos para a aferição da hipossuficiência? Realizado o estudo programado, dentro do universo de julgados do Tribunal de Justiça de São Paulo no ano de 2018, foram confirmadas as hipóteses de ausência de uniformidade de critérios e de procedimento de aplicação da gratuidade de justiça, bem como da baixíssima utilização da modulação dos efeitos. A terceira hipótese, por sua vez, restou inclusiva, pela limitação da pesquisa empírica aplicada. Apresentamos, ademais, sugestão de critérios de aplicação da gratuidade de justiça e da forma de processamento do pedido, passando pela presunção de veracidade da autodeclaração de hipossuficiência e pela modulação dos efeitos. Concluímos, ainda, que a adoção de critérios objetivos pode facilitar a obtenção da gratuidade por parte da população mais carente da sociedade, mas que essa previsão deve vir acompanhada da possibilidade de deferimento para pessoas cuja renda esteja acima do limite, mas que demonstrem efetiva ausência de recursos no caso concreto. Por fim, pontuamos a falta de dados mais precisos quanto ao impacto da gratuidade de justiça no aumento da litigiosidade e no número de demandas.

Palavras-chave: Justiça gratuita. Gratuidade de justiça. Acesso à justiça. Critérios de aplicação da gratuidade. Demandas cíveis. Presunção de veracidade. Modulação dos efeitos da gratuidade. Pessoa natural e pessoa jurídica.

ABSTRACT

TAVARES, Adriano Erdei Braga. *Access to justice and in forma pauperis: an analysis of the doctrine's criteria for civil claims*. Master Thesis – Law School, University of São Paulo, 2020.

The application of *in forma pauperis* (“IFP”) – which comprises the waiver of court fees – in civil claims presents a central difficulty: the absence of better-defined criteria regarding what constitutes “lack of resources”, an expression used by article 98 of the Code of Civil Procedure (“CCP”) to establish who is entitled to the waiver. For some, this lack of consistency leads to excessive granting, which in turn can stimulate reckless litigation and contribute to the increase of legal claims. For others, the absence of criteria imposes undue restrictions on those who are, in fact, unable to bear court’s expenses. The analysis of this question was, therefore, conducted through an examination of applicable legislation, legal literature, and the 2018 case law from the São Paulo State Court of Appeals, which was assessed through an empirical research, amounting to a statistical calculation to estimate a representative sample of the totality of rulings issued that year. The main research questions, *a priori* measurable through empirical research, were: a) is there consistency in the application criteria of IFP? b) how is the request for IFP handled? That is, does the rebuttable presumption of the self-declaration of weakness of the party signed by an individual apply, or is the submission of further evidence required? c) has the CCP’s provision providing for IFP’s modulation been applied? The following hypotheses were established: i) there is no consistent criteria in the case law for analyzing the weakness of the party, nor for processing the requests; ii) the rebuttable presumption of the self-declaration of weakness of the party is not applied; iii) the legal provisions regarding IFP modulation are not applied. In addition, the following secondary questions were posed: a’) in which situations, in the case of an individual applicant, should the presumption of weakness of the party be rejected? b’) which documents prove the lack of resources for both an individual – natural person – and a legal entity? c’) in light of the doctrine's purpose, is it desirable to establish objective criteria for the measurement of the weakness of the party? With the results from the empirical research, the hypotheses of lack of consistency of the criteria and of the form of processing IFP requests, as well as of the very low use of the modulation provision were confirmed. The third hypothesis, in turn, remained unfalsifiable due to the limitations of the empirical research. In addition, criteria for the application of IFP and for the form of processing the request are proposed, including the rebuttable presumption of the self-declaration of weakness of the party and the modulation of IFP effects. It is also concluded that the adoption of objective criteria can facilitate IFP’s grant for those in need, but the potential of granting for people whose income is above the legal limit, but who demonstrate effective lack of sufficient resources, should be secured. Finally, the lack of accurate data regarding the impact of IFP in the increase of litigation and on the number of claims is highlighted.

Keywords: Gratuity of justice. Access to justice. Application criteria of the gratuity of justice. Civil claims. Presumption of truth. Modulation of the gratuity effects. Natural person and legal entity.

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Número de acórdãos do TJSP por grupo	45
Tabela 2 - Número de acórdãos do TJSP a serem analisados.....	45
Tabela 3 - Documentos apresentados voluntariamente pelo requerente.....	65
Tabela 4 - Documentos exigidos em 1ª instância	66
Tabela 5 - Documentos exigidos em 2ª instância	66

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Natureza do requerente da gratuidade	49
Gráfico 2 - Divisão por instância dos casos analisados	50
Gráfico 3 - Tipo de discussão iniciada em 2ª instância.....	50
Gráfico 4 - Requerimento em 1ª instância - distribuição pela natureza da pessoa	51
Gráfico 5 - Resultado em 1ª instância	51
Gráfico 6 - Requerimento em sede recursal - tipo de recurso	52
Gráfico 7 - Requerimento em sede recursal - resultado dos pedidos	53
Gráfico 8 - Análise geral - resultado dos pedidos	53
Gráfico 9 - Pedidos formulados por pessoa natural - resultado	54
Gráfico 10 - Pedidos formulados por pessoa jurídica - resultado	54
Gráfico 11 - Afastamento concreto da presunção de veracidade?	56
Gráfico 12 - Possibilitada a comprovação? Análise geral	57
Gráfico 13 - Possibilitada comprovação pela pessoa jurídica?	58
Gráfico 14 - Possibilitada a comprovação pela pessoa natural?	58
Gráfico 15 - Foi determinada a juntada de documentos?.....	59
Gráfico 16 - Resposta da parte à determinação de juntada de documentos	60
Gráfico 17 - Aplicação da presunção de veracidade em 2ª instância.....	61

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

ADC – Ação Declaratória de Constitucionalidade

CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados

CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

Comitê – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CPC – Código de Processo Civil

CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

DASN – Declaração Anual do Simples Nacional

Detran – Departamento Estadual de Trânsito

DFC – Demonstrativo de Fluxo de Caixa

DIPJ – Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica

DRE – Demonstração de Resultado de Exercício

DRT – Demonstração de Resultado Trimestral

ECF – Escrituração Contábil Fiscal

EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada

EPP – Empresa de Pequeno Porte

IBDP – Instituto Brasileiro de Direito Processual

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFRS Foundation – *International Financial Reports Standards*

InfoJud – Sistema de Informações ao Judiciário

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

Ltda. – Limitada

ME – Microempresa

MEI – Microempreendedor individual

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PL – Projeto de Lei

PROCON – Programa de Proteção e Defesa do Consumidor

RE – Recurso Extraordinário

REsp – Recurso Especial

RFB – Receita Federal do Brasil

S.A. – Sociedade por ações

SIS – Síntese de Indicadores Sociais

SPED – Sistema Público de Escrituração Digital

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

TJSP – Tribunal de Justiça de São Paulo

UFESP – Unidade Fiscal do Estado de São Paulo

ZPO – *Zivilprozessordnung*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
I. QUESTÕES PRELIMINARES DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA	22
1.1. O conceito e a finalidade da justiça gratuita	22
1.2. O conceito de “insuficiência de recursos”	25
1.3. A abrangência da isenção e a possibilidade de modulação de seus efeitos	31
1.4. Presunção de veracidade da autodeclaração de hipossuficiência.....	33
1.5. Processamento do pedido	37
1.6. Conclusões parciais	41
II. A APLICAÇÃO DA JUSTIÇA GRATUITA NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	43
2.1. Metodologia de levantamento de julgados.....	43
2.2. Elaboração dos critérios de análise dos casos	46
2.3. Apresentação dos resultados da análise de casos	48
2.3.1. Panorama geral dos resultados	49
2.3.2. Processamento do pedido em primeira e segunda instâncias	55
2.3.3. Situações que ensejaram o afastamento da presunção de veracidade da declaração de hipossuficiência	61
2.3.4. Documentos comprobatórios da insuficiência de recursos	65
2.3.5. Critérios para aplicação da gratuidade de justiça	67
2.4. Conclusões parciais	71
CAPÍTULO III. REFLEXÕES CRÍTICAS A RESPEITO DA APLICAÇÃO DO INSTITUTO.....	73
3.1. Considerações iniciais	73
3.2. Afinal, o que deve ser entendido por “ausência de recursos” (CPC, art. 98, <i>caput</i>)?	73
3.3. Processamento do pedido de gratuidade de justiça formulado por pessoa natural ...	76
3.3.1. Hipóteses de presunção absoluta de ausência de recursos	76
3.3.2. Aferição de capacidade financeira.....	81
3.3.3. É desejável a adoção de critérios estritamente objetivos à luz da finalidade do instituto? Análise do Projeto de Lei nº 5.900/2016	85
3.3.4. Presunção de veracidade da autodeclaração de insuficiência de recursos (CPC, § 3º, art. 99)	89
3.3.4.1. Função da presunção de veracidade à luz da dificuldade de comprovação de renda no Brasil.....	89

3.3.4.2. Presunção legal relativa <i>sui generis</i> ? Análise do ônus da prova	91
3.3.4.3. Compatibilidade entre a presunção de veracidade e a previsão do art. 5º, inc. LXXIV, da Constituição da República	98
3.3.4.4. Aplicação da presunção de veracidade ao empresário individual?	100
3.3.4.5. Requerimento de gratuidade formulado no curso da demanda	102
3.3.4.6. Hipóteses de afastamento da presunção	103
3.3.5. Documentos comprobatórios da situação financeira da pessoa natural.....	106
3.4. Processamento do pedido de gratuidade de justiça formulado por pessoa jurídica	108
3.4.1. Aferição da capacidade financeira.....	109
3.4.1.1. Gratuidade de justiça no pedido de recuperação judicial	111
3.4.2. Documentos comprobatórios da situação financeira da pessoa jurídica	113
3.5. Modulação dos efeitos da gratuidade de justiça	117
3.5.1. Critérios de aplicação da modulação	119
3.6. Sucumbência da parte que litigou com gratuidade de justiça (integral ou modulada)	125
3.7. Breves considerações a respeito do discurso sobre utilização abusiva da gratuidade de justiça e o aumento da litigiosidade.....	126
3.7.1. O perfil dos maiores litigantes do Brasil	126
3.7.2. A falta de dados a respeito da gratuidade de justiça no Brasil	129
3.7.3. Utilização abusiva da gratuidade de justiça, litigância temerária e acesso à justiça.....	131
CONCLUSÃO	135
BIBLIOGRAFIA	139
ANEXO.....	145

INTRODUÇÃO

Pode-se dizer que a aplicação da gratuidade de justiça vem sendo criticada com maior intensidade nos últimos anos, por variados atores envolvidos em demandas judiciais cíveis. De um lado, há aqueles que afirmam que o excesso de deferimentos tem causado estímulo ao ajuizamento de processos temerários e, desse modo, contribuído com o congestionamento do Poder Judiciário.¹ De outro lado, há quem sustente que a discricionariedade na aferição da condição de hipossuficiente dá margem a posicionamentos restritivos, trazendo dificuldades, por vezes intransponíveis, ao requerente que pleiteia o reconhecimento desse direito.²

Essa tensão, é certo, está diretamente relacionada com uma visão, atualmente difundida, de que o Poder Judiciário estaria “perdendo eficiência” e, por isso, enfrentando crise estrutural.

Essa noção de que a justiça vem perdendo eficiência em decorrência do número cada vez maior de demandas ajuizadas não é recente.³ Entretanto, no final dos anos 1990, início dos anos 2000, impulsionado por organismos internacionais que destacavam a

¹ Nesse sentido: SANTOS FILHO, Hermílio Pereira dos; TIMM, Luciano Benetti (Coords.). *Diagnóstico sobre o progressivo aumento das demandas judiciais cíveis no Brasil, em especial das demandas repetitivas bem como da morosidade da justiça civil*. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009, págs. 11 e 25. Disponível em http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/relat_pesquisa_pucrs_edital1_2009.pdf; e CUNHA, Luciana Gross; GABBAY, Daniela Monteiro (Coords.). *Litigiosidade, morosidade e litigância repetitiva: uma análise empírica*. São Paulo: Saraiva, 2013, pág. 144. Ainda, de forma exemplificativa da posição, afirma Rafael Abreu: “Ocorre que a disseminação da gratuidade pode acarretar um aumento da litigância frívola ou impensada, o que inevitavelmente prejudica a qualidade do serviço de justiça prestado” (ABREU, Rafael Sirangelo de. O problema dos custos do processo e sua regulamentação pelo novo CPC. In *Revista de Direito*, Santa Cruz do Sul, n. 5, out. 2014, págs. 8-35, pág. 14).

² Trata-se de afirmação haurida da experiência quase centenária do Departamento Jurídico XI de Agosto, entidade mantida pelos alunos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Largo São Francisco, que patrocina cerca de três mil demandas, atuando apenas em causas em que o assistido faz jus à gratuidade processual. O impacto dessa questão no trabalho do Departamento Jurídico está bem apresentado no trabalho de Thaís Pinheiro Barreto (BARRETO, Thaís Pinheiro. *Assistência jurídica gratuita: a concessão do benefício da justiça gratuita e do prazo processual em dobro para escritórios de prática jurídica*. Tese de láurea. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2019).

³ Kazuo Watanabe, por exemplo, em artigo publicado em 1993, mas valendo-se de considerações formuladas em 1983, ou seja, antes da promulgação da Constituição da República de 1988, já apontava para problemas do judiciário, para a questão da litigiosidade, bem como para o aumento do número de processos (WATANABE, Kazuo. Pesquisa das causas da litigiosidade. In *Revista da Escola Paulista da Magistratura São Paulo*, v. 1, n. 0, p. 297-301, 1993).

ineficiência do sistema jurídico brasileiro e pregavam sua reformulação⁴, o tema “crise do Judiciário”⁵ ganhou destaque e angariou número cada vez maior de interessados em estudá-lo.

Cabe ressaltar de plano, todavia, que essa mencionada crise não afeta apenas o Brasil, mas também diversos outros países, inseridos tanto no sistema de *common law*, quanto de *civil law*.⁶ Como é natural, as dificuldades enfrentadas variam de acordo com as peculiaridades de cada país, como reflexo, entre outras coisas, das estruturas jurídicas e das diferentes composições sociais.

No caso brasileiro, entretanto, chama a atenção o já conhecido dado sobre a existência de aproximadamente 100 milhões de processos tramitando por ano no Poder Judiciário, com média de ingresso de cerca de 30 milhões de novos processos todos os anos.⁷

Trata-se de panorama que, ao que tudo indica, não tem paralelo em outros países.⁸

Outro aspecto relevante que deve ser inserido nessa discussão é que a manutenção da estrutura do Poder Judiciário gera altos custos ao Estado, os quais são

⁴ Falando do impacto de organismos internacionais nas reformas judiciais operadas no Brasil no começo dos anos 2000, afirma Maria Cecília Asperti: “*Denota-se uma significativa influência do discurso difundido por organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que preconizam reformas em busca de maior eficiência e segurança jurídica do sistema, com o estabelecimento de metas*” (ASPERTI, Maria Cecília de Araujo. *Recursos Repetitivos e Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: uma análise da perspectiva do acesso à justiça e da participação no processo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018, págs. 25/26).

⁵ Conforme destacado por Amanda Guimarães, a chamada crise do Judiciário pode ser separada em duas vertentes: crise de suas funções instrumentais e crise simbólica. A primeira está relacionada à morosidade e ao congestionamento do Judiciário, enquanto a segunda está ligada à falta de confiança dos jurisdicionados com a instituição (GUIMARÃES, Amanda de Araújo. *Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2017, págs. 29, 57 e 61).

⁶ Nesse sentido: MARCATO, Antônio Carlos. Racionalidade e efetividade do direito processual civil: considerações sobre a crise da justiça. MANRICH, Nelson [et al.], coords. *Atualidades do direito do trabalho: anais da Academia Nacional de Direito do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2012, pp. 340-365.

⁷ Segundo dados do Justiça em Números de 2017 (elaborado com base nos dados de 2016), o Poder Judiciário terminou o ano de 2016 com 79,7 milhões de processos em tramitação (quase 3 milhões de processos a mais do que em 2015), tendo sido baixados ao longo de 2016 outros 29,4 milhões de processos (praticamente 1 milhão de processos a mais do que no ano anterior) (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Justiça em Números* 2017. Brasília, 2017. Disponível em <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/09/e5b5789fe59c137d43506b2e4ec4ed67.pdf>).

⁸ No âmbito do seminário “*Acesso à justiça: o custo do litígio no Brasil e o uso predatório do Sistema de Justiça*”, promovido pelo Superior Tribunal de Justiça em parceria com a FGV Projetos, o Ministro Luís Felipe Salomão afirmou que membros da Corte Superior da China, em visita ao STJ, ficaram espantados com os números a eles apresentados a respeito da situação do judiciário brasileiro, indicando, dessa forma, que a quantidade de processos lá é sensivelmente menor. Esse evento pode ser assistido por meio do link <https://www.conjur.com.br/2018-mai-21/stj-transmite-seminario-acesso-justica-custo-litigio>.

suportados, indiretamente, por toda a sociedade.⁹ E esses custos, de fato, não são nem de longe supridos pelo valor arrecadado com as custas judiciais cobradas pelos Tribunais no momento da distribuição de uma demanda e ao longo de seu curso.¹⁰

Feitos esses esclarecimentos, e retomando a questão da crise do Judiciário brasileiro, verifica-se que esse tema é normalmente analisado pelos pesquisadores sob dois enfoques complementares: i) buscando formas de se garantir tutela jurisdicional satisfatória aos litigantes que já ingressaram e que estão ingressando no Judiciário e ii) procurando determinar as causas da alta litigiosidade e, para aqueles que enxergam aí um problema, propor soluções.

No primeiro grupo, estão aqueles que se comprometem com o aperfeiçoamento de instrumentos processuais e da própria dinâmica de atuação do Poder Judiciário, abarcando inclusive questões como melhoria de sua estrutura e dos serviços prestados por magistrados e servidores.¹¹ No segundo grupo, encontram-se aqueles que investigam os motivos pelos quais a litigância no País é tão elevada, tendo como foco, em regra, a motivação das partes

⁹ Segundo a publicação *Justiça em Números* de 2018, o Poder Judiciário gerou despesas na ordem de R\$ 90,8 bilhões em 2017, o que é aproximadamente 1,4% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional do ano (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, *Justiça em Números*. Brasília, 2018. Disponível pelo link <https://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/09/8d9faee7812d35a58cee3d92d2df2f25.pdf>). Apenas como comparação de ordem de grandeza, a União teve no mesmo ano R\$ 101,82 bilhões de despesas executadas para a área da educação e R\$ 102,71 bilhões para a área da saúde (informações disponíveis, respectivamente, nos sites <http://www.portaltransparencia.gov.br/funcoes/12-educacao?ano=2017> e <http://portaltransparencia.gov.br/funcoes/10-saude?ano=2017>, último acesso em 16/07/2018).

¹⁰ O *Justiça em Números* divulgou que o Poder Judiciário arrecadou em 2017 o montante de R\$ 48,43 bilhões, o que representaria aproximadamente 53% de suas despesas. Todavia, analisando-se o que a publicação considera como “arrecadação”, vemos que o valor recebido a título de “*custas, fase de execução, emolumentos e eventuais taxas*” corresponde a apenas R\$ 9,8 bilhões. Os outros R\$ 38,63 bilhões são referentes a “*receitas decorrentes do imposto causa mortis nos inventários/arrolamentos judiciais*”, “*execução fiscal*”, “*execução previdenciária*”, “*execução das penalidades impostas por órgãos de fiscalização das relações de trabalho*” e “*receita de imposto de renda*”. Parece-nos, contudo, que tais “receitas” não deveriam ser consideradas como arrecadação do Poder Judiciário, uma vez que são fruto do trabalho de outros entes estatais que se utilizam do processo judicial como forma de receber o que lhes é devido. Assim, não se pode dizer, em nossa opinião, que esses valores entrem no caixa do Estado em decorrência da atuação do Poder Judiciário. Essa questão da insuficiência das custas processuais como forma de manutenção do Poder Judiciário é ainda abordada por José Renato Nalini, em sua proposta de eliminação das custas (NALINI, José Renato. *O juiz e o acesso à justiça*. 2ª ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000, pág. 62).

¹¹ Nesse sentido, quanto aos instrumentos para prestação de tutela jurisdicional: ASPERTI, Maria Cecília de Araújo, *Recursos... op. cit.*; GUIMARÃES, Amanda de Araújo. *Incidente... op. cit.* Sobre aspectos de melhoria da estrutura do Poder Judiciário, mas que também se insere no primeiro grupo: SANTOS FILHO, Hermílio Pereira dos (...). *Diagnóstico... op. cit.*

em utilizar o Poder Judiciário como forma de solução de conflitos, bem como a trajetória de sua judicialização.¹²

Dentro dessa segunda corrente, vem ganhando força nos últimos tempos o já apontado discurso de que a utilização excessiva do instituto da gratuidade processual tem sido um dos principais fatores de aumento do volume de processos.¹³ Para os defensores desse ponto de vista, a isenção de custas e a ausência de risco de sucumbência geram incentivos para a propositura de demandas classificadas como “oportunistas”, ou seja, que não seriam iniciadas caso o autor estivesse sujeito aos prejuízos financeiros decorrentes da improcedência de seu pedido.¹⁴ Esse tipo de demanda, portanto, estaria contribuindo decisivamente para o quadro de excessiva utilização do Judiciário.¹⁵

Ainda no entendimento de alguns estudiosos do tema, essa questão do incentivo à litigância estaria diretamente relacionada aos critérios utilizados para deferimento da

¹² Destaca-se: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, *Demandas repetitivas e a morosidade na justiça cível brasileira*. Brasília, 2011. Disponível pelo link: http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/pesq_sintese_morosidade_dpj.pdf.

¹³ Vide nota 1.

¹⁴ Vejam-se, nesse sentido, as conclusões do relatório produzido pela PUC/RS: “A partir da constatação de que um dos motivos que levam indivíduos a buscarem a prestação jurisdicional é o baixo custo e baixo risco envolvido no procedimento judicial, e de que esses motivos estão vinculados ao benefício da Assistência Judiciária Gratuita, torna-se interessante rever o sistema de concessão do benefício. Os indivíduos, como demonstra o trabalho empírico, vêm no instituto da AJG uma forma de não pagar pela utilização do Judiciário e, sendo assim, buscam a prestação jurisdicional, muitas vezes, por motivos pouco adequados (...)” (SANTOS FILHO, Hermílio Pereira dos (...). *Diagnóstico... op. cit.*, pág. 194). No mesmo sentido, afirma Rafael Abreu: “Um problema bastante grave com relação à gratuidade está nos incentivos que se criam à litigância frívola ou oportunista. Cria-se com isso um problema de igualdade. De um lado, um litigante tomador de risco, que calcula cada passo sabendo das consequências que determinada ação ou inação pode acarretar, em sentido pecuniário. Tem-se a sucumbência funcionando, aqui, como um regulador ético do processo. De outro lado, um litigante ‘impune’, pois sabe que as suas ações não acarretam nenhuma consequência em termos monetários. Perdendo ou ganhando, não deverá arcar com os custos de sua atuação em juízo” (ABREU, Rafael Sirangelo de. *O problema... op. cit.*, pág. 15). Ainda, CRETELLA NETO, José. Do benefício da gratuidade de justiça. *Revista de Processo*, vol. 39, n. 235, set., 2014, págs. 437-461, págs. 442/443.

¹⁵ A disputa em relação a esse tema é bem sintetizada na divergência dos coautores Fernanda Tartuce e Luiz Dellore no artigo “Gratuidade da justiça no novo CPC”. Para a coautora “[e]mbora haja afirmações coerentes sobre a suposta abusividade nos pedidos de gratuidade de justiça, faltam dados concretos sobre sua verificação. Não há estudos consistentes aptos a responder os seguintes questionamentos: a maior parte dos litigantes pleiteia gratuidade? Em caso positivo, quantos têm seus pedidos atendidos? Quantos desses atendidos são corretos? Sem dados qualitativos é difícil concluir se há abusos, embora cada advogado, em seu próprio ‘laboratório de casos’, tenha suas impressões a respeito”. Na sequência, Luiz Dellore afirma “[j]á para o coautor deste artigo, ainda que não existam estatísticas confiáveis sobre o tema, o benefício da justiça gratuita é muito utilizado por quem se vale do Poder Judiciário – especialmente pessoas físicas, muitas vezes de forma indevida, a análise empírica de quem atua no foro comprova isso”. (TARTUCE, Fernanda; DELLORE, Luiz. Gratuidade da justiça no novo CPC. *Revista de Processo*, vol. 39, n. 236, out., 2014, págs. 305-323, págs. 306/307).

gratuidade processual, uma vez que seriam excessivamente amplos e subjetivos, de forma a propiciar concessões indevidas.¹⁶

Essa alegada discricionariedade dos critérios, como dito, tem gerado, ainda, para outros pesquisadores, restrições indevidas ao direito de isenção de despesas processuais. Sem bases bem definidas, alguns magistrados estariam utilizando critérios e procedimentos que dificultariam a prova da condição de hipossuficiência, ocasionando indeferimentos indevidos.¹⁷

Portanto, em resumo, tem-se o seguinte panorama: de um lado, entende-se que a ausência de critérios para aplicação da justiça gratuita gera excesso de deferimentos, os quais, por sua vez, estimulam a litigância temerária, contribuindo para o aumento desmedido do volume de processos judiciais; de outro, afirma-se que essa falta de critérios acarreta restrições indevidas àqueles que não possuem, de fato, condições de arcar com as despesas processuais para demandas que não se mostram frívolas, funcionando, dessa forma, como verdadeiro óbice ao acesso ao Judiciário.

Diante da complexidade do panorama traçado (ausência de critérios bem definidos; excesso de deferimentos de gratuidade; estímulo à litigância; volume excessivo de demandas), bem como das limitações desta pesquisa individual, focaremos apenas no primeiro ponto, ou seja, nos critérios para deferimento da gratuidade de justiça. Não obstante, os demais pontos serão abordados de forma incidental, apenas para contribuir com o desenvolvimento de seu debate.

Assim, o objetivo da pesquisa é, em um primeiro momento, analisar o critério legal de deferimento de gratuidade de justiça, bem como quais parâmetros têm sido indicados pela doutrina e utilizados pelos Tribunais. Posteriormente, será possível determinar se há previsibilidade nos critérios de aplicação do instituto, ou seja, se há uniformidade, ou se a aplicação é efetivamente discricionária.

¹⁶ Novamente no relatório da PUC/RS: “*Situação parecida pode ser encontrada nas dificuldades enfrentadas pelo poder judiciário atualmente. Vejamos o caso da assistência judiciária gratuita (AJG). A partir do momento em que não existe a previsão legal de um padrão fixo para a concessão da AJG, torna-se natural que diferentes posições existam sobre o assunto. Diante dessa realidade, acaba sendo normal que pessoas com capacidade financeira utilizem-se da prestação jurisdicional beneficiadas com o instituto*” (SANTOS FILHO, Hermílio Pereira dos (...). *Diagnóstico... op. cit.*, pág. 32).

¹⁷ A respeito da questão do subjetivismo na aplicação do instituto, pontuam Fernanda Tartuce e Luiz Dellore: “*Indubitavelmente há uma grande carga de subjetividade nesse conceito, o que acarreta decisões extremamente díspares no cotidiano forense, conforme o entendimento de cada magistrado. No mesmo sentido vem o projeto de NCPC, que não traz critérios para a concessão da justiça gratuita*”. (TARTUCE, Fernanda; DELLORE, Luiz. *Gratuidade... op. cit.*, pág. 314)

Conforme melhor explicado e justificado no capítulo 2, além da análise dogmática e das disposições legais referentes à gratuidade, o presente trabalho analisará casos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, do ano de 2018.

Pretende-se, dessa forma, ao final do trabalho, a partir da análise da legislação e da doutrina, mas principalmente por meio do levantamento empírico-jurisprudencial e do estudo de casos, responder a três perguntas principais: *a) há padronização nos critérios de aplicação da gratuidade de justiça? b) como é processado o pedido de justiça gratuita? Ou seja, aplica-se a presunção de veracidade da autodeclaração de hipossuficiência formulada por pessoa física ou exige-se comprovação? c) tem sido aplicada a previsão de modulação da gratuidade?*

Essas três perguntas centrais estão relacionadas a três hipóteses testáveis, a princípio, por meio de análise empírica do instituto: *i) não há uniformidade nos critérios aplicados para análise da hipossuficiência, tampouco na forma de processamento dos pedidos; ii) a presunção de veracidade da autoafirmação de hipossuficiência da pessoa física não é aplicada; iii) as previsões legais de modulação da isenção não são aplicadas.*

Além das perguntas principais, pretende-se abordar outras três perguntas secundárias: *a') em que situações, no caso de requerente pessoa física, deve ser afastada a presunção de hipossuficiência? b') quais documentos comprovam a ausência de recursos, tanto para a pessoa natural quanto para a pessoa jurídica? c') à luz da finalidade do instituto, é desejável a determinação de critérios objetivos para a aferição da hipossuficiência?*

Para enfrentar esses questionamentos, o trabalho está estruturado da seguinte forma.

No primeiro capítulo serão abordadas as disposições legais do instituto, bem como as análises doutrinárias a respeito do tema, sempre tendo como norte as perguntas de pesquisa acima formuladas.

Cabe consignar, já neste momento, que não serão abordados todos os desdobramentos do instituto, de modo que ficarão de fora pontos que não estejam relacionados ao objeto da pesquisa.

Com esse intuito, o primeiro capítulo foi dividido nos seguintes pontos: i) o conceito e a finalidade da justiça gratuita; ii) o conceito de insuficiência de recursos; iii) a

abrangência da isenção e a possibilidade de modulação de seus efeitos; iv) presunção de veracidade da autodeclaração de hipossuficiência; v) o processamento do pedido.

À luz das conclusões parciais do primeiro capítulo, o segundo capítulo é reservado à apresentação dos resultados de pesquisa empírica do instituto, realizada por meio de levantamento empírico-jurisprudencial de acórdãos do TJSP e, posteriormente, pela análise dos casos subjacentes a esses julgados.

O segundo capítulo está estruturado, essencialmente, da seguinte forma: i) apresentação da metodologia da pesquisa empírica; ii) elaboração dos critérios de análise dos casos selecionados; iii) apresentação dos resultados.

No terceiro capítulo, o cotejo entre as conclusões parciais do primeiro e do segundo capítulo servirá de base para análise mais profunda de determinados pontos específicos do instituto.

Serão abordados, dessa forma, o que deve ser considerado como insuficiência de recursos; i) a análise da gratuidade de justiça requerida pela pessoa física, com destaque para a forma de aferição da condição financeira, bem como para a aplicação da presunção de veracidade da autodeclaração de hipossuficiência; ii) a análise do pedido formulado por pessoa jurídica, com foco na aferição de capacidade e nos documentos comprobatório; iii) modulação dos efeitos da gratuidade; iv) sucumbência da parte que litigou com gratuidade de justiça; vi) breves considerações a respeito do discurso sobre utilização abusiva da gratuidade e o aumento da litigiosidade.

Sintetizaremos, na conclusão, os principais pontos analisados no trabalho, bem como os resultados da pesquisa.

Por fim, tendo em vista que a regulação da gratuidade de justiça, em nossa visão, está intimamente ligada à situação econômica e social de cada país, o que demandaria uma análise mais ampla do que a pretendida neste trabalho, não apresentaremos um ponto específico sobre direito comparado. Sem prejuízo, serão pontuados ao longo do trabalho, de forma incidental, alguns elementos de outros ordenamentos jurídicos a respeito do tema.

CONCLUSÃO

Iniciamos este trabalho identificando problematizações na aplicação do instituto da gratuidade de justiça. De um lado, aqueles que entendem que a ausência de critérios gera excesso de deferimentos, os quais, por sua vez, estimulam a litigância temerária e contribuem para o aumento de demandas judiciais. De outro lado, quem afirma que essa falta de critérios acarreta restrições indevidas a quem não possui condições de fazer frente às despesas processuais.

Diante desse panorama, propusemo-nos a estudar a aplicação da gratuidade de justiça, com foco no processamento do pedido e nos critérios utilizados.

A análise foi dividida, então, entre legislação aplicável, entendimentos doutrinários e jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo, no ano de 2018, aferida por meio de levantamento empírico-jurisprudencial, com base em cálculo estatístico para estimativa de amostra representativa do universo de julgados da segunda instância naquele ano.

Foram formuladas, ainda, perguntas e hipóteses aferíveis, em tese, por meio de pesquisa empírica. Além disso, foram elaboradas outras perguntas que pretendíamos responder após a análise conjunta de todas as informações levantadas ao longo do trabalho.

As perguntas principais, cabe lembrar, foram: *a) há padronização nos critérios de aplicação da gratuidade de justiça? b) como é processado o pedido de justiça gratuita? Ou seja, aplica-se a presunção de veracidade da autodeclaração de hipossuficiência formulada por pessoa física ou exige-se comprovação? c) tem sido aplicada a previsão de modulação da gratuidade?*

As hipóteses, por sua vez foram: *i) não há uniformidade nos critérios aplicados para análise da hipossuficiência, tampouco na forma de processamento dos pedidos; ii) a presunção de veracidade da autoafirmação de hipossuficiência da pessoa física não é aplicada; iii) as previsões legais de modulação da isenção não são aplicadas.*

Por fim, as perguntas secundárias restaram assim formuladas: *a') em que situações, no caso de requerente pessoa física, deve ser afastada a presunção de hipossuficiência? b') quais documentos comprovam a ausência de recursos, tanto para a*

pessoa natural quanto para a pessoa jurídica? c') à luz da finalidade do instituto, é desejável a determinação de critérios objetivos para a aferição da hipossuficiência?

Feita essa breve lembrança, passamos à síntese e à consolidação das respostas que foram apresentadas ao longo do trabalho.

Inicialmente, podemos dizer que dentro do universo de julgados do TJSP do ano de 2018 duas hipóteses foram confirmadas.

Assim como apresentado no segundo capítulo, a pesquisa empírica constatou falta de padronização nos critérios de aplicação da gratuidade de justiça. Isso foi evidenciado por circunstâncias que foram levadas em consideração para o deferimento ou indeferimento do pedido em alguns casos, mas que em outros não foram consideradas ou, ainda, restaram aplicadas de modo inverso.

Além disso, a pesquisa empírica ainda demonstrou que não há padronização do processamento do pedido.

Em vários casos a presunção de veracidade da autodeclaração de hipossuficiência foi afastada sem qualquer justificativa, enquanto em outros casos a justificativa foi genérica, por meio de decisão padronizada. Foram identificados, ainda, casos em que afastada a presunção de veracidade, não foi oportunizada a comprovação da condição financeira pelo requerente.

Essa falta de padronização, ademais, se refletiu nos documentos exigidos pelos magistrados para aferição da capacidade financeira da parte.

Outra hipótese confirmada foi a baixíssima utilização da modulação da gratuidade de justiça, que só foi identificada em 4% dos casos analisados.

Umas das justificativas que levantamos para essa baixa utilização, a partir da análise dos julgados, foi o entendimento pela incompatibilidade entre as previsões de modulação do CPC e a lei de custas do Estado de São Paulo (Lei Estadual nº 11.608/03).

Tentamos demonstrar, contudo, no terceiro capítulo, o desacerto desse posicionamento, bem como a utilidade da modulação dos efeitos da gratuidade de justiça, como importante instrumento para a correta aplicação do instituto.

A terceira hipótese, por sua vez, restou inconclusiva.

Em que pese na maioria dos casos, tanto em primeira quanto em segunda instância, a presunção de veracidade não ter sido aplicada, a forma de levantamento e análise dos dados não permitiu concluir que ela não foi aplicada ou que foi aplicada incorretamente.

Prosseguindo, as perguntas secundárias também foram trabalhadas ao longo do trabalho, principalmente no terceiro capítulo.

Um ponto central para a pesquisa foi a diferenciação entre os conceitos de insuficiência financeira (bens com liquidez) e insuficiência econômica (bens de baixa liquidez), defendida por grande parte da doutrina.

Restando assentado que apenas a insuficiência financeira enseja o deferimento da gratuidade de justiça, pudemos avançar na busca de parâmetros.

Diante da falta de aprofundamento dos critérios de aplicação da gratuidade de justiça, tanto na doutrina de processo civil, quanto na jurisprudência, fez-se necessária busca por outras áreas do direito, assim como de outras áreas do conhecimento, como a contabilidade.

Assim, com base em tese firmada em julgamento de recurso especial repetitivo pelo Superior Tribunal de Justiça, relacionada à aplicação de benefício previdenciário fixado na LOAS, propusemos três parâmetros para o reconhecimento de presunção absoluta de ausência de recursos: o próprio critério da LOAS, a faixa de isenção de imposto de renda e os critérios de atendimento das Defensorias Públicas.

Além disso, buscamos trazer maior concretude a análise da ausência de recursos da parte quando sua renda for superior aos parâmetros indicados de presunção absoluta de ausência de recursos.

Defendemos, ainda, na linha de outros autores, que a gratuidade de justiça, integral ou modulada, é destinada a todos que comprovarem insuficiência financeira à luz das despesas processuais a que estiverem sujeitos, independentemente do valor de sua renda.

Respondendo à terceira pergunta dita secundária, concluímos que a fixação de critérios objetivos pode facilitar a comprovação da ausência de recursos pela população mais carente, que possui mais dificuldade de apresentar documentos comprobatórios de renda.

Contudo, ressaltamos que o estabelecimento de critérios fixos deve vir acompanhado de regras que permitam o deferimento da gratuidade de justiça no caso

concreto, em situações em que a renda (ou outros critérios) esteja acima do parâmetro estabelecido.

Por essa razão, criticamos o Projeto de Lei nº 5.900/2016, na forma em que foi apresentado o substitutivo pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados (CCJC), pela Deputada Adriana Ventura.

Quanto à questão envolvendo o afastamento da presunção de veracidade da autodeclaração de hipossuficiência, buscamos apresentar nova forma de aplicação, que leva em consideração o detalhamento da declaração formulada pelo requerente.

No caso de declaração genérica de hipossuficiência, as hipóteses de afastamento da presunção de veracidade são mais numerosas e dependem, essencialmente, da análise do caso concreto à luz das regras de experiência e do conhecimento de fatos notórios.

Já em relação à segunda pergunta secundária, analisamos os documentos comprobatórios identificados na pesquisa doutrinária e no levantamento empírico-jurisprudencial, tendo sempre como pressuposto a questão da insuficiência financeira, e não da situação econômica.

Especificamente no caso de pessoas jurídicas, buscamos elementos da contabilidade tanto para tentar definir o que poderia ser considerado como ausência de recursos, quanto para identificar quais documentos poderiam servir de comprovação.

No mais, na linha do que indicamos no final do terceiro capítulo, pontuamos que são necessários estudos empíricos mais aprofundados para que se verifique o real impacto da gratuidade de justiça no aumento da litigância no Brasil.

A maior parte dos estudos produzidos atualmente utiliza a análise econômica do direito para defender que a gratuidade estimula a litigância temerária e contribui para o aumento de demandas. Contudo, essas afirmações, que partem necessariamente de premissas teóricas, precisam ser colocadas à prova por pesquisas empíricas que apresentem metodologia adequada.

Para finalizar, a conclusão central deste trabalho é de que a correta aplicação da gratuidade de justiça depende da utilização conjunta de todos os seus instrumentos, como a modulação dos efeitos, a presunção de veracidade da autodeclaração de hipossuficiência e a multa em caso de comprovação de má-fé do requerente.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Rafael Sirangelo de. O problema dos custos do processo e sua regulamentação pelo novo CPC. In *Revista de Direito*, Santa Cruz do Sul, n. 5, out. 2014, págs. 8-35.

ASPERTI, Maria Cecília de Araujo. *Recursos Repetitivos e Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: uma análise da perspectiva do acesso à justiça e da participação no processo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

ASSIS, Araken de. Garantia. *Processo Civil Brasileiro*, vol. II, parte geral: institutos fundamentais. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS. *O uso da Justiça e o litígio no Brasil*. Coord. Sérgio Luiz Junkes. Coord. Científica Maria Tereza Sadek. Disponível em: <https://d2f17dr7ourrh3.cloudfront.net/wp-content/uploads/2015/08/O-uso-da-Justi%C3%A7a-e-o-lit%C3%ADgio-no-Brasil.pdf>.

ÁVILA, Humberto Bergmann. *Sistema constitucional tributário*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BALEEIRO, Aliomar. *Uma introdução à ciência das finanças*. 15ª ed., ver. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

BARBOSA, Alexandre de Freitas (org.) [et. alii]. *O Brasil real: a desigualdade para além dos indicadores*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. As presunções e a prova. In *Temas de Direito Processual*. São Paulo: Ed. Saraiva, 1977, págs. 55-71.

_____. O direito à assistência jurídica: evolução no ordenamento brasileiro de nosso tempo. *Revista de Processo*, vol. 17, n. 67, jul./set., 1992, págs. 124-134.

BARRETO, Thaís Pinheiro. *Assistência jurídica gratuita: a concessão do benefício da justiça gratuita e do prazo processual em dobro para escritórios de prática jurídica*. Tese de láurea. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2019.

BENEDUZI, Renato Resende. *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. 2. MARINONI [et. al.] (Coords.). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

CÂMARA FEDERAL DOS DEPUTADOS. *Projeto de Lei nº 5.900/2016*. Brasília, 2016.

CAMARGO, Luiz Henrique Volpe. *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. 1. BUENO, Cassio Scarpinella (Coord.). São Paulo: Saraiva, 2017.

CAMBI, Eduardo. *A prova civil: admissibilidade e relevância*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2006.

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. *Pronunciamento Conceitual Básico (R1)*. Brasília, 2019. Disponível pelo link http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Demandas repetitivas e a morosidade na justiça cível brasileira*. Brasília, 2011. Disponível em http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/pesq_sintese_morosidade_dpj.pdf.

_____. *Diagnósticos das custas processuais praticadas nos Tribunais*. Brasília, 2019. Disponível pelo link https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/11/relatorio_custas_processuais2019.pdf.

_____. *100 Maiores Litigantes*. Brasília, 2011. Disponível pelo link http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/pesquisa_100_maiores_litigantes.pdf.

_____. *100 Maiores Litigantes*. Brasília, 2012. Disponível pelo link http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/100_maiores_litigantes.pdf.

_____. *Justiça em números*. Brasília, 2017. Disponível em <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/09/e5b5789fe59c137d43506b2e4ec4ed67.pdf>.

_____. *Justiça em números*. Brasília, 2018. Disponível em <https://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/09/8d9faee7812d35a58cee3d92d2df2f25.pdf>.

_____. *Justiça em números*. Brasília, 2019. Disponível pelo link https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/conteudo/arquivo/2019/08/justica_em_numeros20190919.pdf.

CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA. *Manual de práticas cartorárias: sugestão de minutas de acordo com o NCPC*. São Paulo, 2017. Disponível pelo link

<http://www.tjsp.jus.br/Download/Corregedoria/Manuais/ManualMinutasNovoCPC.pdf?d=1571595398672>.

COSTA NETO, José Wellington Bezerra. *Assistência judiciária gratuita: acesso à justiça e carência econômica*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013.

CRETELLA NETO, José. Do benefício da gratuidade de justiça. *Revista de Processo*, vol. 39, n. 235, set., 2014, págs. 437-461.

CRIVELLI FILHO, José Luiz. *Tributação da renda das pessoas físicas: da norma de competência à regra-matriz de incidência tributária*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2016.

CUNHA, Luciana Gross; GABBAY, Daniela Monteiro (Coords.). *Litigiosidade, morosidade e litigância repetitiva: uma análise empírica*. São Paulo: Saraiva, 2013. (Série Direito e Desenvolvimento).

DIDIER JR., Fredie; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. *Benefício da justiça gratuita*. 6ª ed., rev. e atual. Salvador: Ed. JusPodivm, 2016.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*. Vol. II, 7ª ed., rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2017.

FERNANDES, Edison Carlos e RIDOLFO NETO, Arthur. *Contabilidade aplicada ao Direito*. São Paulo: Saraiva, 2014.

GABBAY, Daniela Monteiro; COSTA, Susana Henriques da; ASPERTI, Maria Cecília Araujo. Acesso à justiça no Brasil: reflexões sobre escolhas políticas e a necessidade de construção de uma nova agenda de pesquisa. *In Revista Brasileira de Sociologia do Direito*, v. 6, n. 3, set./dez. 2019, pág. 152-181.

GIANNAKOS, Angelo Maraninchi. *Assistência judiciária no direito brasileiro*. Rio Grande do Sul: Livraria do Advogado, 2008.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. *Direito de empresa: comentários aos artigos 966 a 1.195 do Código Civil*. 8ª ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.

GUIMARÃES, Amanda de Araújo. *Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2017.

GUTIERREZ, Miguel Delgado. *Imposto de Renda: Princípios da Generalidade, da Universalidade e da Progressividade*. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PROCESSUAL. *Parecer da comissão de estudos sobre a nova Lei de Custas Judiciárias*. São Paulo, 2019.

KUNIOCHI, Hamilton Kenji. *Assistência jurídica aos necessitados: concepção contemporânea e análise de efetividade*. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

LOBO, Arthur Mendes. Assistência judiciária gratuita no novo Código de Processo Civil. In *Revista de Processo*, vol. 36, n. 194, abr., 2011, págs. 305-323.

LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Vol. III (arts. 70 a 118). Coord. GOUVÊA, José Roberto Ferreira [et alii]. São Paulo: Saraiva, 2017.

LOPES, Mauricio Antonio Ribeiro. Garantia de acesso à justiça: assistência judiciária e seu perfil constitucional. In: José Rogério Cruz e Tucci. (Org.). *Garantias Constitucionais do Processo Civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

MARCACINI, Augusto Rosa Tavares. *Assistência jurídica, assistência judiciária e justiça gratuita*. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

MARCATO, Antônio Carlos. Racionalidade e efetividade do direito processual civil: considerações sobre a crise da justiça. MANRICH, Nelson [et al.], coords. *Atualidades do direito do trabalho: anais da Academia Nacional de Direito do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2012, pp. 340-365.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Prova e convicção*. 3ª ed., rev., atual., e ampl. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2015.

MENDONÇA, Hilton. *Justiça gratuita*. São Luís: Mendonça Livros, 2003.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil*. Brasília, 2018. Disponível no link <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/politicas-de-justica/publicacoes/Biblioteca/ivdiagndefenspublicav9.pdf/view>.

MORAES, Guilherme Braga Peña de. *Assistência jurídica, Defensoria Pública e o acesso à justiça no Estado Democrático de Direito*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1997.

NALINI, José Renato. O juiz e o acesso à justiça. 2ª ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. Presunções e ficções no direito probatório. *Revista de Processo*, vol. 196, jun/2011, págs. 13-20.

OLIVEIRA, Ricardo Alexandria de. *Breves comentários ao novo Código de Processo Civil*, 2ª ed.. WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

PIMENTEL, Wilson. *Acesso Responsável à Justiça: o impacto dos custos na decisão de litigar*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro – FGV Direito Rio, 2017.

ROMEU, Luciana Campanelli [et. alii.]. Análise crítica dos critérios utilizados pela defensoria para definição do necessitado nos termos do artigo 134 da Constituição. *In Temas aprofundados – Defensoria Pública*, vol. 2. Organizadores RÉ, Aluísio Iunes Monti Ruggeri e REIS, Gustavo Augusto Soares dos. Salvador: Jus Podivm, 2015.

SACRAMONE, Marcelo Barbosa. *Comentários à lei de recuperação de empresas e falência*. São Paulo: Saraiva, 2018.

SAIACH, Luis A. Rodríguez; KNAVS, Verónika. *Benefício de litigar sin gastos*. 20ª ed., atual. e ampl. Buenos Aires: La Ley, 2007.

SALLES, Marcos Paulo de Almeida. Da responsabilidade limitada do empresário individual. *In Estudos avançados de direito empresarial: contratos, direito societário e bancário*. GORGA, Érica e PELA, Juliana Krueger (coords.). Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SANTOS FILHO, Hermílio Pereira dos; TIMM, Luciano Benetti (Coords.). *Diagnóstico sobre o progressivo aumento das demandas judiciais cíveis no Brasil, em especial das demandas repetitivas bem como da morosidade da justiça civil*. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/relat_pesquisa_pucrs_edital1_2009.pdf.

SCALZILLI, João Pedro; SPINELLI, Luis Felipe; TELLECHEA, Rodrigo. *Recuperação de empresas e falência*. 2ª ed. São Paulo: Almedina, 2017.

SOUSA, José Augusto Garcia de. *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. CABRAL, Antonio do Passo e CRAMER, Ronaldo (Coords.). Rio de Janeiro: Forense, 2016.

TARGINO, Harrison. *Comentários ao Código de Processo Civil*. ALVIM, Angélica Arruda (Coord.). São Paulo: Saraiva, 2017.

TARTUCE, Fernanda. Assistência judiciária gratuita – suficiência da afirmação de pobreza – acórdão comentado. *Revista Lex do Direito Brasileiro*, n. 46, jul./ago., 2010, págs. 74-82.

_____. *Igualdade e vulnerabilidade no processo civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

TARTUCE, Fernanda; COELHO, Caio Sasaki Godeguez. Insuficiência de recursos e gratuidade processual. In *Direito Processual Civil Contemporâneo: estudos em homenagem ao professor Walter Piva Rodrigues*. Coord. AMADEO, Rodolfo da Costa Manso Real [et alii]. Indaiatuba: Ed. Foco, 2019, 193-213.

TARTUCE, Fernanda; DELLORE, Luiz. Gratuidade da justiça no novo CPC. *Revista de Processo*, vol. 39, n. 236, out., 2014, págs. 305-323.

TAVARES, Adriano Erdei Braga. *O custeio da prova pericial como fator de limitação do acesso à Justiça: gratuidade e ações coletivas*. Tese de Láurea. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2014.

TENENBLAT, Fabio. *Abuso no acesso ao judiciário: custos econômicos e sociais*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

WATANABE, Kazuo. Pesquisa das causas da litigiosidade. In *Revista da Escola Paulista da Magistratura São Paulo*, v. 1, n. 0, p. 297-301, 1993.

WOLKART, Erik Navarro. *A análise econômica do processo civil: como a economia, o direito e a psicologia podem vencer a tragédia da justiça*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

ZANON, Artemio. *Da assistência jurídica integral e gratuita: comentários à Lei da Assistência Judiciária*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

ANEXO

Número do caso	Número (CNU)	Seção	Tipo de recurso	PF ou PJ?	Tipo de demanda	A parte invocou a presunção e/ou juntou documentos?	Deferido, indeferido, modulado ou revogado em 1ª instância?	O juiz justificou concretamente o afastamento da presunção?	Foi possibilitada a comprovação antes do indeferimento ou da revogação?	Houve determinação, de ofício, de juntada de documento? Quais?	Foram juntados?	Fundamento da decisão	Se requerido em 2ª grau, invocou a presunção e/ou juntou documentos??	Ainda, alegou/demonstrou alteração da condição financeira ao longo da demanda?	Foi aplicada presunção no Tribunal?	Houve determinação, de ofício, para juntada de docs? Quais?	Foram juntados?	Deferido, indeferido, modulado (qual), revogado ou mantido?	Fundamento do acórdão	O acórdão indicou algum parâmetro de aplicação geral?	Citação de precedente do STJ ou do STF? Qual?	Observações
1	2193931-07.2018.8.26.0000	Pub	AI	PF	Embargos de terceiro	Presunção - Declaração	Indeferido	Não	Sim	IR	Não	Renda incompatível	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Indeferido	Falta de comprovação. Possui imóvel próprio (sem indicação de valor pelo julgado)	Deliberação CSDP nº 89 de 2008	Não	Determinou o recolhimento do preparo
2	0003884-36.2005.8.26.0075	Pub	Ap.	PF	Execução fiscal	Requerido em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Juntou comprovantes de gastos e "obrigações de vínculo parental"	Não	Não	Não	Prejudicado	Indeferido	Ausência de comprovação. Valor da causa baixo, que resulta em baixo valor de preparo	Não	Não	Desistência do recurso
3	2251936-22.2018.8.26.0000	Pub	AI	PF	Previdenciário	Presunção - CTPS e holerite	Indeferido	Não	Sim	IR e fatura mensal de luz	Sim (segredo de justiça)	Renda incompatível, advogado particular e ausência de demonstração de gastos familiares	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Não conhecido	Incompetência - remeteu os autos à Justiça Federal	Prejudicado	Prejudicado	Não
4	1000991-04.2016.8.26.0129	Pub	Ap.	PF	Improbidade administrativa	Requerido em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Presunção - Carteira de trabalho e declaração	Não	Sim	Não	Prejudicado	Deferido	Presunção não elidida	Não	AgInt no REsp 1592645/DF e EDCI no AgRg no AREsp 329970/SP	Falou em ausência de elementos que afastem a presunção
5	2084835-57.2018.8.26.0000	Pub	AI	PF	Ação ordinária	Presunção - Declaração e IR	Indeferido	Não	Sim	CTPS e comprovante de despesas. Posteriormente, últimos 3 IR	Sim	Patrimônio incompatível	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Deferido	Renda compatível (25 mil no ano - possui carro de 52 mil e 16 mil de disponibilidade em dinheiro)	CSDPU nº 85 de 1/02/2014	Não	Não
6	2238558-96.2018.8.26.0000	Pub	AI	PF	Execução fiscal	Presunção	Indeferido	Não (CF)	Sim	Declaração de renda, IR, veículos, imóveis sua e de seus familiares	Isenção IR	Renda incompatível	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Deferido	Renda compatível (rendimento previdenciário de 1 salário mínimo e um imóvel)	Isenção de IR	Não	Não
7	2184420-82.2018.8.26.0000	Pub	AI	PF	Obrigação de fazer	Presunção - Holerite	Modulado (parcelamento)	Sim	Não	Prejudicado	Prejudicado	Renda incompatível (aprox. 2300 líquido) e advogado particular	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Deferido	Renda compatível (renda líquida de aprox. 2300)	"Custo de vida" e 4 salários mínimos	Não	Falou de presunção relativa

8	1000934-49.2018.8.26.0247	Pub	Ap.	PF	Indenizatória	Presunção - Declaração e comprovantes de depósitos para demonstrar a renda	Indeferido	Não	Sim	Genérico	Não	Ausência de comprovação	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Deferido	O pagamento das custas prejudicaria seu sustento e de sua família (pescador)	Não	Não	Não
9	2246117-07.2018.8.26.0000	Pub	AI	PF	Mandado de segurança	Presunção - declaração e fatura de cartão de crédito	Indeferido	Não	Sim	Demonstrativo de pagamento	Sim	Remuneração (R\$ 4.224,81 liq) acima do critério da DP (89/2008)	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Indeferido	Renda incompatível (R\$ 4.224,81 liq)	Não	AREsp nº 189.945/MG	Não
10	2229580-33.2018.8.26.0000	Pub	AI	PF	Previdenciário	Presunção - CTPS	Indeferido	Sim - (CF) lide e adv particular	Sim	CTPS ou comprovante de rendimento, seu e do cônjuge; extrato bancário últimos 3 meses, seu e do cônjuge; extrato do cartão de crédito; cópia último IR; contrato de honorários	CTPS, extrato de conta e contrato de honorários	Ausência de comprovação	Prejudicado	Prejudicado	Lei 8.213/91	Não	Prejudicado	Deferido	Previsão de isenção de custas, para essa demanda, estabelecida pelo parágrafo único, do art. 129, da Lei nº 8.213/91	Não	Não	Não
11	2051395-70.2018.8.26.0000	Pub	Rescisória	PF	Rescisória	Requerido no Tribunal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Presunção - Carteira de trabalho e IR	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Deferido	Renda compatível (14 mil no ano)	Não	Não	Não
12	2218421-93.2018.8.26.0000	Pub	AI	PF	Embargos de terceiro	Presunção	Indeferido	Sim - natureza e objeto discutidos; advogado particular	Sim	CTPS ou comprovante de rendimento, seu e do cônjuge; extrato bancário últimos 3 meses, seu e do cônjuge; extrato do cartão de crédito; cópia último IR	Demonstração de inadimplemento da MEI que possuem	Presunção afastada pelos elementos dos autos e ausência de comprovação	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Deferido	(CF) Obrigatória a comprovação. A ausência de CTPS, por serem autônomos, e inadimplemento de encargos da MEI comprovam hipossuficiência	Não	Não	"O nobre magistrado, aliás, merece elogios. Tratando-se de isenção de tributo; portanto, situação excepcional e em detrimento do erário, um rigoroso e severo exame se justifica, mormente porque há hoje notório abuso na formulação de postulações de tal ordem"
13	2248187-31.2017.8.26.0000	Pub	AI	PJ	Indenizatória	Balanco patrimonial, extrato da SPC e extrato de	Indeferido	PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Não comprovou incapacidade de arcar com as custas	Prejudicado	Prejudicado	PJ	Não	Prejudicado	Deferido	Passivo muito superior ao ativo. Balanco patrimonial negativo (R\$ 3.248.377,00).	Não	Não	Não

						débito estadual																
14	2034838-08.2018.8.26.0000	Pub	AI	PJ	Anulatória	Declaração, CEBAS, planilha de débitos da Prefeitura	Indeferido	PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Não comprovou incapacidade de arcar com as custas	Prejudicado	Prejudicado	PJ	Prejudicado	Prejudicad o	Não conhecido	Reforma da decisão para permitir a comprovação da impossibilidade antes do indeferimento	Prejudic ado	Prejudicado	Não
15	2209558-51.2018.8.26.0000	Pub	AI	PF	Cobrança	Presunção - declaração e holerite	Indeferido	Não	Sim	Holerite e último IR, bem como comprovar ser associado à AFAM	Último holerite e IR	Renda incompatível (aprox. 3000 liq) - acima da DPE	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicad o	Indeferido	Renda incompatível (aprox. 4000 liq)	Não	Não	Não
16	2082109-13.2018.8.26.0000	Pub	AI	PF	Improbidad e administrati va	Requerido em sede recursal	Prejudicad o	Prejudicad o	Prejudicad o	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Presunção - declaração, CTPS e IR incompleto	Requerido em AI	Não	IR 2016 e 2017	Apenas o de 2016	Deferido	Comprovou insuficiência de recursos - 38 mil em um ano	Não	Não	Não
17	2190270-20.2018.8.26.0000	Pub	AI	PF	Previdenciário	Presunção - holerite	Indeferido	Sim	Não	Prejudicado	Prejudicado	Renda incompatível (aprox. 3600 liq) - Usou dados do IBGE sobre renda média do paulistano	Prejudicado	Prejudicado	Sim	Não	Prejudicad o	Deferido	Presunção não elidida	Não	Não	Não
18	2161906-38.2018.8.26.0000	Pub	AI	PF	Cominatória	Presunção - CTPS	Não analisado	Prejudicad o	Prejudicad o	Prejudicado	Prejudicado	Indeferimento da inicial	Prejudicado	Prejudicado	Prejudic ado	Prejudicado	Prejudicad o	Não conhecido	Não analisando em primeira instância - Supressão de instância	Prejudic ado	Prejudicado	Não
19	2107532-72.2018.8.26.0000	Pub	AI	PJ	Exceção de pré-executivida de	Presunção - CTPS do sócio	Indeferido	PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Não comprovou incapacidade de arcar com as custas	Prejudicado	Prejudicado	PJ	Não	Prejudicad o	Indeferido	Ausência de comprovação	Não	Recurso Especial nº 1104416/RS	Não
20	2013107-53.2018.8.26.0000	Pub	AI	PJ	Anulatória de débito fiscal	Comprovant e de encerrament o de atividades	Indeferido	PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Ausência de declaração de pobreza (?) - Encerramento não é justificativa	Prejudicado	Prejudicado	PJ	Balanço dos dois últimos exercícios	Sim	Deferido	Balanço patrimonial negativo desde 2014	Não	Não	Não
21	1005529-20.2014.8.26.0510	Pub	Ap.	PJ	Cobrança de gratificação	Requerido em sede recursal	Prejudicad o	PJ	Prejudicad o	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Declaração de hipossuficiê ncia - Balanços negativos (mais de 70 MM)	Não	PJ	Não	Prejudicad o	Deferido	Fundação de direito público deficitária - Comprovação	Não	Não	Não
22	2220773-58.2017.8.26.0000	Pub	AI	PJ	Embargos à execução	Declaração de inatividade	Indeferido	PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Ausência de comprovação	Prejudicado	Prejudicado	PJ	Não	Prejudicad o	Indeferido	Ausência de comprovação - necessidade de juntada de documentos contábeis	Não	Não	Não

23	2015698-85.2018.8.26.0000	Pub	AI	PF	Previdenciário	Presunção - declaração e holerites antigos	Não analisado	Não	Sim	Comprovan te de rendimento e IR	Não	Agravo de instrumento antes de decisão definitiva	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicad o	Deferido	Comprovou insuficiência de recursos. Salário de aprox. 4 mil	Não	Não	Não
24	1004225-77.2016.8.26.0554	Pub	Ap.	PF	Embargos à execução	Requerido em sede recursal	Prejudicad o	Prejudicad o	Prejudicad o	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Presunção - Previsão da lei de acidente do trabalho	Não	Lei 8.213/91	Não	Prejudicad o	Deferido	art. 129 da Lei 8.213/91	art. 129 da Lei 8.213/91	Não	Não
25	2093463-35.2017.8.26.0000	Pub	AI	PF	Cobrança	Presunção - declaração e holerite	Indeferido	Sim	Não	Prejudicado	Prejudicado	Vencimentos superiores a 5 salários mínimos	Prejudicado	Prejudicado	Sim	Não	Prejudicad o	Deferido	Presunção não elidida - necessidade de confrontar a remuneração com os gastos	Não	Não	Não
26	1040350-60.2017.8.26.0602	Pub	Ap.	PF	Ação ordinária (benefícios)	Impugnação em sede recursal	Prejudicad o	Prejudicad o	Prejudicad o	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicad o	Prejudicado	Prejudicad o	Não conhecido	Impugnação à gratuidade intempestiva	Prejudicad o	Prejudicado	Não
27	2150098-70.2017.8.26.0000	Pub	AI	PJ	Embargos à execução	Não	Indeferido	PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Ausência de comprovação	Prejudicado	Prejudicado	PJ	Não	A parte, por iniciativa própria, juntou balanço patrimonial	Indeferido	Ausência de comprovação	Não	Não	Não
28	2218427-37.2017.8.26.0000	Pub	AI	PF	Previdenciário	Presunção - declaração e holerite	Indeferido	Sim	Não	Prejudicado	Prejudicado	profissão incompatível (servidora aposentada - servente) com hipossuficiência e advogado particular	Prejudicado	Prejudicado	Sim	Não	Prejudicad o	Deferido	Presunção e comprovação - salário de aprox 2.895,00 (idosa com doença crônica e com gasto com medicamentos)	Mencion ou 3 salários mínimos e indicou que deve ser analisado pela diferença entre o que recebe e o que gasta	Não	Não
29	2241702-15.2017.8.26.0000	Pub	AI	PJ	Embargos à execução	Declaração de OSCIP, balanços patrimoniais negativos	Indeferido	PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Ausência de comprovação - indicação de imóvel à penhora que afasta a alegação de hipossuficiência	Prejudicado	Prejudicado	PJ	Não	Prejudicad o	Deferido	Comprovou insuficiência de recursos	Não	Não	Não
30	2230170-44.2017.8.26.0000	Pub	AI	PF	Previdenciário	Presunção - declaração e holerite	Indeferido	Não (CF)	Sim	IR ou comprovante de isenção dos últimos 3 anos	Sim	Ausência de comprovação - renda incompatível	Prejudicado	Prejudicado	Sim	Não	Prejudicad o	Deferido	Presunção e comprovação - salário de aprox 2.403,00. Indicou que a ação demandará prova pericial e a parte não	Não	Não	Não

																			poderia arcar com esse custo			
31	2226568-45.2017.8.26.0000	Pub	AI	PJ	Danos morais e estéticos	Isenção constante no art. 51 do Estatuto do Idoso, CEBAS e balanço patrimonial negativo	Indeferido	PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Ausência de comprovação	Prejudicado	Prejudicado	PJ	Não	Prejudicad o	Deferido	Ser associação sem fins lucrativos, com balanço patrimonial negativo	Não	Não	Não
32	2055057-42.2018.8.26.0000	Pub	AI	PF	Improbidade e administrativa	Presunção - Juntou decreto de indisponibilidade de seus bens	Indeferido	Sim	Não	Prejudicado	Prejudicado	Ter concorrido à prefeitura afasta a presunção. Ausência de comprovação	Prejudicado	Prejudicado	Prejudic ado	Não	Prejudicad o	A decisão foi anulada	Não houve abertura de prazo para que a parte comprovasse sua hipossuficiência art. 99, § 2º	Prejudic ado	Prejudicado	Não
33	2212260-04.2018.8.26.0000	Pub	AI	PF	Ação de cobrança - salário	Presunção - declaração e holerite	Indeferido	Não	Sim	Genérico	declaração IR	Vencimentos superiores a 5 salários mínimos	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicad o	Deferido	Comprovou insuficiência de recursos - Recebe aprox 2100	Não	Não	Não
34	2040881-92.2017.8.26.0000	Pub	AI	PF	Previdenciário	Presunção - declaração e holerite	Indeferido	Não	Não	Prejudicado	Prejudicado	Vencimentos incompatíveis com hipossuficiência (aprox. 3400 líquido)	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicad o	Indeferido	Remuneração acima da média da população (sem dados indicados) e acima de 3 salários mínimos	3 salários mínimos - defensoria	AgRg no AI n.º 915.919	Não
35	2034965-43.2018.8.26.0000	Pub	AI	PF	Execução fiscal	Presunção - declaração	Não analisado	Prejudicad o	Prejudicad o	Prejudicado	Prejudicado	Agravo de instrumento antes de decisão definitiva	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicad o	Indeferido	Ausência de comprovação	Não	Não	Não
36	2138626-72.2017.8.26.0000	Pub	AI	PF	Repetição de indébito	Presunção	Indeferido	Não (CF)	Sim	Comprovan te de rendimento e últimas 3 contas de água	Contas de água	Não comprovou sua hipossuficiência - rendimentos de até 3 salários mínimos	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	A parte, por iniciativa própria, juntou comprovante de renda	Deferido	Comprovou insuficiência de recursos - Recebe aprox 3600 líquido	4 salários mínimos	Não	Não
37	2008769-36.2018.8.26.0000	Pub	AI	PF	Ação de cobrança	Presunção - declaração e holerite	Indeferido	Sim	Não	Prejudicado	Prejudicado	Vencimentos incompatíveis com hipossuficiência	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicad o	Indeferido	Renda incompatível - aprox 4500 líquidos	Não	REsp 515195 e RMS n.º 20.590-SP	Não
38	2190957-31.2017.8.26.0000	Pub	AI	PF	Embargos à execução	Presunção	Indeferido	Sim	Não	Prejudicado	Prejudicado	Endereço incompatível com alegada hipossuficiência	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicad o	Indeferido	CF - Ausência de comprovação (Reiterou a "constatação" do juiz em relação à incompatibilidade do pedido com o local de residência)	Não	Não	Não

39	2021262-45.2018.8.26.0000	Pub	AI	PF	Mandado de segurança	Múltiplos autores - Presunção - holerite	Indeferido	Sim	Não	Prejudicado	Prejudicado	Vencimentos acima de 3 salários mínimos	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Indeferido	Não comprovaram a impossibilidade de ratearem as custas entre os 16 autores, sem prejuízo de seu sustento	Não	Não	Não
40	2009583-48.2018.8.26.0000	Pub	AI	PF	Ação de cobrança	Presunção - declaração e holerite	Indeferido	Sim	Não	Prejudicado	Prejudicado	Vencimentos acima de 3 salários mínimos	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Indeferido	Renda incompatível - aprox 4300. Não trouxe outros documentos que demonstrassem a hipossuficiência	3 salários mínimos - defensoria	Não	Não
41	2008793-64.2018.8.26.0000	Pub	AI	PF	Ação de cobrança	Presunção - declaração e holerite	Indeferido	Sim	Não	Prejudicado	Prejudicado	Ser servidora pública afasta a presunção. Vencimentos incompatíveis com hipossuficiência	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Deferido	Renda compatível - menos de 3 salários mínimos	3 salários mínimos - defensoria	Não	Não
42	2230054-38.2017.8.26.0000	Pub	AI	PF	Improbidade administrativa	Presunção	Indeferido	Sim - advogado particular	Sim	Genérico	Holerite	Renda incompatível, natureza e objeto da causa e advogado particular	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Indeferido	Renda auferida afasta a presunção. Ausência de comprovação. Destacou o fato de o requerente ter vendido em momento próximo um veículo avaliado em 95 mil e ser ainda proprietário de um caminhão	Não	AgRg no REsp 984.328/SP e AgRg no Ag 915.919	Não
43	1002739-45.2016.8.26.0073	Pub	Ap.	PF	Improbidade administrativa	Requerido em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Presunção	Alegou que não houve apreciação do pedido formulado em contestação	Sim	Não	Prejudicado	Modulação (dispensa de recolhimento do preparo)	Possibilidade de deferimento para apenas um dos atos processuais (art. 98, §5º). Valor da causa de mais de 1 MI, mas houve o afastamento de devolução ao erário. Dessa forma, não se justifica a parte pagar 44 mil para apelar	Não	Resp 245663/MG	Não
44	2177827-37.2018.8.26.0000	Pub	AI	PF	Obrigação de fazer	Presunção - declaração	Indeferido	Sim - advogado particular	Sim	CTPS ou comprovante de rendimento	CTPS, holerite e extratos conta	Ausência de juntada de documentos solicitados.	Prejudicado	Prejudicado	Sim	Não	Prejudicado	Deferido	Renda declarada de 2000 reais. Presunção não afastada.	Não	Não	Não

									s, seu e do cônjuge, extrato bancário, seu e do cônjuge, extratos cartão de crédito e IR	bancária (de um dos requerentes) e certidões de nascimento de 3 filhos	Renda incompatível com a alegada insuficiência de recursos											
45	2169222- 05.2018.8.26. 0000	Pub	AI	PF	Cumprimen- to de título judicial	Presunção - declaração e holerite	Indeferido	Sim	Não	Prejudicado	Prejudicado	Remuneração acima de 3 salários mínimos	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	A parte juntou, por iniciativa própria, comprovan- te de despesas (água, luz, internet, cartão)	Indeferido	Renda de 4 mil reais que é suficiente para arcar com as custas	Não	Resp 515195/SP e RMS n.º 20.590-SP	Não
46	2004587- 07.2018.8.26. 0000	Pub	AI	PF	Ação civil pública	Presunção - declaração e holerite	Indeferido	Não	Sim	Últimos 3 IR	Sim	Advogado particular e fora do limite de isenção do IR	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	A parte juntou, por iniciativa própria, holerite	Deferido	Comprovação da hipossuficiência alegada (renda de aprox. 2 mil)	Não	Não	Não
47	2023895- 29.2018.8.26. 0000	Pub	AI	PF	Repetição de indébito	Presunção - declaração e holerite	Indeferido	Sim	Não	Prejudicado	Prejudicado	Renda de aprox. 2600 incompatível com a alegada hipossuficiênci- a	Prejudicado	Prejudicado	Não	Genérico	Holerites atualizados	Deferido	Renda de aprox. 3 salários mínimos, compatível com a alegada hipossuficiência	3 salários mínimos	Não	Não
48	2237261- 54.2018.8.26. 0000	Pub	AI	PF	Obrigação de fazer	Presunção - declaração	Indeferido	Não (CF)	Sim	Indicação de: atividade laborativa, renda, móveis e imóveis (valor de mercado) e se possui dependen- tes	IR, CTPS e relatórios médicos (doença reumática)	Remuneração de aprox. 11 mil incompatível com a alegada hipossuficiênci- a	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicad- o	Indeferido	Renda acima do parâmetro da DPE (renda de aprox. 3200). Ausência de comprovação (CF)	3 salários mínimos - defensor ia	Não	Não
49	1015920- 80.2015.8.26. 0451	Pub	Ap.	PJ	Repetição de indébito	Requerido em sede recursal	Prejudicad- o	Prejudicad- o	Prejudicad- o	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Alegação de que o pedido não foi apreciado na origem. CTPS inventariant e	Não	PJ	Não	Prejudicad- o	Indeferido	Ausência de comprovação de incapacidade financeira do espólio. Parte da CTPS, ademais, que não é suficiente para demonstrar hipossuficiência	Não	Não	Não
50	2237959- 94.2017.8.26. 0000	Pub	AI	PF	Ação de cobrança	Presunção - declaração e holerite	Indeferido	Sim	Não	Prejudicado	Prejudicado	Rendimentos dos dois requerentes acima do	Prejudicado	Prejudicado	Sim	Não	Prejudicad- o	Deferido	Presunção abonada pela comprovação de renda de aprox.	Não	Não	Não

											parâmetro da DPE							3000 (policiais militares)				
51	2025008-18.2018.8.26.0000	Pub	AI	PJ	Anulatória de débito fiscal	Alegou estar em recuperação judicial	Indeferido	PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Ausência de comprovação. Estar em recuperação judicial não é suficiente	Prejudicado	Prejudicado	PJ	Não	A parte juntou, por iniciativa própria, balanço patrimonial	Modulação (diferimento de custas)	Comprovação da momentânea insuficiência. Balanço patrimonial que aponta prejuízos acumulados de aprox. 430 mil.	Não	Não	Não
52	2075709-80.2018.8.26.0000	DP3	AI	PJ	Execução de título extrajud (alugueres)	Declaração, extrato de conta bancária e indicou a inadimplência de diversos condôminos e existência de ação trabalhista	Indeferido	PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Não comprovou sua incapacidade financeira - custas de baixo valor	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Deferido	Demonstração das dificuldades financeiras; condomínio habitacional de pessoas de baixa renda; inadimplências	Não	Não	Não
53	2115859-06.2018.8.26.0000	DP3	AI	PF	Indenizatória	Presunção - declaração	Indeferido	Sim - natureza e objeto discutidos; valor expressivo do seguro contratado ; advogado particular	Sim	Comprova ntes de rendimento s dos últimos 3 meses e dos respectivos recolhimentos de ISS como autônomo; 2 últimos IR; 2 últimas contas de água e luz	Contas de luz e água e outros documentos sigilosos (sem acesso)	Vencimentos superiores a 3 salários mínimos (DPE), possui dinheiro para manter um carro	Prejudicado	Prejudicado	Sim	Não	Prejudicado	Deferido	Ausência de elementos que afastem a presunção; vencimentos de menos de 3 salários mínimos. Indiferente possuir carro próprio	3 salários mínimos - defensoria	Não	Não
54	2163064-31.2018.8.26.0000	DP3	AI	PF	Anulatória (leilão extrajud)	Presunção - declaração	Indeferido	Não	Sim	Última declaração de IR	Sim	Vencimentos incompatíveis com hipossuficiência	Prejudicado	Prejudicado	Sim	Não	Prejudicado	Deferido	Presunção não elidida. Rendimentos familiares de aprox 5 ou 6 mil não afastam presunção.	Não	Não	Não
55	1008687-38.2017.8.26.0006	DP3	Ap.	PF	Ação de cobrança	Requerido em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Presunção	Não	Não	Não	Não	Prejudicado	Indeferido	O simples fato de estar representado por curador especial não justifica o deferimento de JG	Não	Não	Não
56	2165072-78.2018.8.26.0000	DP3	AI	PF	Ação de regresso	Presunção - declaração	Indeferido	Não	Sim	CTPS, holerite, últimas declarações de IR	(documentos sigilosos)	Possui capacidade econômica	Prejudicado	Prejudicado	Não	Genérico	Holerite e contas	Indeferido	Documentos elidem a presunção de hipossuficiência (extrato bancário e holerite - rendimento de aprox. 3000)	Não	Não	Não

57	2161727-07.2018.8.26.0000	DP3	AI	PJ	Acidente de trânsito	Comprovant e de que estava sofrendo liquidação extrajudicial (seguradora)	Indeferido	PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Não demonstrada a ausência de recursos	Prejudicado	Prejudicado	PJ	Não	Prejudicado	Deferido	Comprovação de insuficiência de recursos, uma vez que está em liquidação extrajudicial. Patrimônio líquido negativo de aprox 5 MM. Balancetes de verificação também indicam prejuízo	Não	Súmula 481	Não
58	2145229-30.2018.8.26.0000	DP3	AI	PF	Ação de cobrança	Presunção - declaração, CTPS e documento do INSS	Indeferido	Não	Sim	Extratos bancários dos últimos 4 meses e declaração de IR dos últimos anos	(documentos sigilosos)	Rendimentos de aposentadoria de 4.2 salários mínimos, além de possuir bens e outras fontes de receita	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Não conhecido	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Não
59	2177865-49.2018.8.26.0000	DP3	AI	PJ	Execução de título extrajud (aluguers)	Comprovant e de dívidas condominiais em aberto e protestos	Indeferido	PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Não comprovada a insuficiência de recursos	Prejudicado	Prejudicado	PJ	Não	Prejudicado	Deferido	Condomínio de moradores de baixa renda, com presumíveis dificuldades de se manter. O pagamento obstará seu acesso ao Judiciário	Não	Súmula 481	Não
60	1020215-20.2018.8.26.0100	DP3	Ap.	PF	Ação de cobrança (aluguers)	Requerido em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Presunção	Não	Sim	Não	Prejudicado	Deferido	Assistida da defensoria (na verdade, de entidade conveniada), a qual possui controle rigoroso	Não	Não	Não
61	2149671-39.2018.8.26.0000	DP3	AI	PF	Acidente de trânsito	Presunção - declaração e CTPS	Indeferido	Sim - duas pessoas no mesmo polo podem arcar, ao menos, com a taxa judiciária	Sim	Cópia das últimas folhas da CTPS ou comprovante de renda; extrato bancário dos últimos 3 meses; extratos do cartão de	Dois requerentes. Apenas uma juntou IR antigo, comprovante e de rendimentos e de despesas	Não foram juntados os documentos determinados. Em sendo dois os réus-reconvintes, presume-se que podem dividir e arcar com as custas	Prejudicado	Prejudicado	Sim	Não	Prejudicado	Deferido	Os elementos dos autos não infirmam a presunção de veracidade da declaração de pobreza. O benefício não exige pobreza extrema. Destacou ter um dos requerentes se declarado	Não	Não	Não

									crédito dos últimos 3 meses; última declaração IR									como mecânico e não ter anotação recente na CTPS e a outra ser professora e ganhar aprox 1800 líquido				
62	2062247-56.2018.8.26.0000	DP3	AI	PJ	Cumprimen- to de sentença arbitral (honorários arbitrais)	Presunção - entidade sem fins lucrativos	Não analisado	PJ	Sim	Determinou , aparentem- ente de forma equivocada, a junta de documento s para PF	Não	Agravo de instrumento antes de decisão definitiva	Prejudicado	Prejudicado	PJ	Genérico	Não	Indeferido	Ausência de comprovação da impossibilidade de pagar as custas. Comprovante de inatividade no ano de 2015 que não é suficiente	Não	Súmula 481, AgRg no AREsp647.312/RS, AgRg no REsp 1362020/SC, AgRg nos EDcl no REsp 1294788/SP, AgRg no REsp 1338284/PE, AgRg no AREsp 184.333/PE, AgRg no REsp 1296073/SP	Não
63	1026458-41.2017.8.26.0196	DP3	Ap.	PF	Produção antecipada de provas	Presunção - declaração e CTPS	Não analisado	Prejudicad o	Prejudicad o	Prejudicado	Prejudicado	Indeferimento da inicial	Presunção - Declaração e CTPS	Não analisado em primeira instância (indeferimento da inicial)	Sim	Não	Prejudicad o	Modulação (dispensa de recolhimen- to do preparo)	Em que pese não ter a requerente comprovado sua hipossuficiência, é necessário oportunizar a comprovação. Deferimento apenas de isenção para o recurso, para que não haja prejuízo para a parte	Não	Não	Não

64	2039097-46.2018.8.26.0000	DP3	AI	PF	Indenizatória	Presunção - Declaração, holerite e comprovação de doença ortopédica	Indeferido	Não	Sim	Última declaração de IR e outros documentos que comprovem gastos	IR, CTPS, comprovantes de gastos (água, luz, internet, medicamentos)	A requerente é fonoaudióloga, recebeu aprox 70 mil em 2016, possui um veículo Meriva e tem aprox 19 mil na caderneta de poupança. Diante do baixo valor da causa (aprox 40 mil), tem condições de arcar com as custas	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Indeferido	Renda anual incompatível com o benefício (aprox. 70 mil). Não comprovou despesas que justifiquem a ausência de recursos.	Não	Não	Não
65	1075805-40.2017.8.26.0100	DP3	Ap.	PF	Indenizatória	Presunção - declaração	Indeferido	Não	Sim	Genérico	Não	Ausência de comprovação - Posterior sentença por não pagamento de custas	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Não conhecido	O autor não recorreu da decisão de indeferimento. Impossibilidade de rediscussão em apelação	Não	Não	Não
66	2155189-10.2018.8.26.0000	DP3	AI	PJ	Ação de cobrança	Declaração, demonstração de dívidas e protestos	Indeferido	PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Ausência de comprovação de hipossuficiência. Dívidas e protestos não são suficiente	Prejudicado	Prejudicado	PJ	Não	A parte, por iniciativa própria, juntou balanço patrimonial	Deferido	Entidade sem fins lucrativos que demonstrou estar passando por dificuldades (decreto de emergência da saúde no Município) e uma série de ações judiciais	Não	Súmula 481	Não

67	2049844-55.2018.8.26.0000	DP3	AI	PF	Ação de cobrança (honorários advocatícios)	Afirmou que a gratuidade já havia sido deferida na ação principal	Deferido	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Sem fundamentação	Prejudicado	Prejudicado	Não	Prejudicado	Prejudicado	Revogado	Elementos que demonstram a ausência de hipossuficiência (requerente é advogado com 379 processos vinculados ao seu nome, pleiteia na ação a cobrança de aprox 3.8 milhões). Destacou ainda que o requerente comprou em período próprio carro de 100 mil e possui 2 imóveis comerciais	Não	Não	Não
68	2110683-46.2018.8.26.0000	DP3	AI	PF	Indenizatória	Presunção - Declaração e CTPS	Indeferido	Sim	Não	Prejudicado	Prejudicado	Renda superior a 3 salários mínimos	Prejudicado	Prejudicado	Não	Última declaração do IR	Não	Indeferido	Não comprovou insuficiência de recursos (rendimentos de 43 mil no ano)	Não	Precedentes do STF (AgR/RJ 748213 e AgR-EDV-ED/RJ 468178)	Não
69	2124941-61.2018.8.26.0000	DP3	AI	PJ	Embargos à execução	Balanço patrimonial negativo	Indeferido	PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Ausência de comprovação de hipossuficiência.	Prejudicado	Prejudicado	PJ	Não	Prejudicado	Indeferido	Ausência de comprovação de hipossuficiência. Cooperativa que possui a concessão do transporte público em Camaragibe - PE e que fatura aprox 7.9 milhões por ano	Não	REsp 1232616/RS e súmula 481	Não
70	2077287-78.2018.8.26.0000	DP3	AI	PF	Indenizatória	Presunção - comprovantes de ausência de declaração de IR	Indeferido	Sim	Não	Prejudicado	Prejudicado	Quem se dispõe a litigar fora de seu domicílio revela condições financeiras	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Indeferido	Litigar fora da comarca de seu domicílio afasta a presunção de hipossuficiência. Ausência de comprovação	Não	AgRg no REsp 314.177/R	Não
71	2071605-45.2018.8.26.0000	DP3	AI	PF	Embargos de terceiro	Pedido de revogação	Revogado	Prejudicado	Não	Prejudicado	Prejudicado	Renda decorrente de aluguel de	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Indeferido	Elementos que demonstram a ausência de	Não	Não	Não

											imóvel de aprox 950 mil							hipossuficiência (recebe alugueres de imóvel avaliado em aprox 950 mil)				
72	1100353- 32.2017.8.26. 0100	DP3	Ap.	PF	Execução de título extrajud (alugueres)	Pedido de revogação em sede recursal	Prejudicad o	Prejudicad o	Prejudicad o	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudic ado	Prejudicado	Prejudicad o	Mantido	Ausência de demonstração da modificação da condição financeira do hipossuficiente	Não	Não	Não	
73	2051534- 22.2018.8.26. 0000	DP3	AI	PF	Ação de cobrança (alugueres)	Presunção - declaração	Indeferido	Não	Sim	Última declaração de IR	Juntou CTPS	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicad o	Indeferido	Elementos dos autos indicam a capacidade financeira (recebe mais de 10 mil por mês e recebe dividendos de sua empresa)	Não	Não	Não	
74	2075925- 41.2018.8.26. 0000	DP3	AI	PF	Ação cominatória	Presunção - declaração	Indeferido	Sim - natureza e objeto discutidos; advogado particular	Sim	Cópia das últimas folhas da CTPS ou comprovan te de renda; extrato bancário dos últimos 3 meses; extratos do cartão de crédito dos últimos 3 meses; última declaração IR	(documento s sigilosos)	Ausência de comprovação	Prejudicado	Prejudicado	Sim	Não	Prejudicad o	Deferido	Ausência de elementos que afastem a presunção; vencimentos de aprox 3350	Não	Não	Não
75	2086594- 56.2018.8.26. 0000	DP3	AI	PF	Arbitrament o de honorários	Pedido de revogação	Revogado	Prejudicad o	Sim	3 últimas declarações de IR	Sim	O patrimônio declarado é incompatível com a alegação de hipossuficiênci a	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicad o	Revogado	Patrimônio incompatível com a alegada hipossuficiência (aplicações financeiras e evolução patrimonial)	Não	Não	Não
76	2219771- 19.2018.8.26. 0000	DP3	AI	PF	Ação de prestação de contas	Presunção - declaração, extratos bancários e outros documentos comprovand o despesas	Indeferido	Sim - tipo do contrato celebrado entre as partes, profissão do requerente (adv), ausência de juntada de documentos	Sim	Genérico	Comprovan tes de ausência de declaração de IR, de ausência de imóvel e de automóvel	Ausência de comprovação - Elementos que indicam capacidade financeira	Prejudicado	Prejudicado	Sim	Não	Prejudicad o	Deferido	Ausência de elementos suficientes para elidir presunção	Não	Precedente do STF RE 205.746-1 - RS	Não

							comprobatório, documento s juntados não indicam sua realidade financeira															
77	2233608-78.2017.8.26.0000	DP3	AI	PJ	Execução de título extrajud (honorários)	Sociedade unipessoal de advocacia - presunção, declaração de IRPF e do Simples	Indeferido	PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Ausência de comprovação - custos de baixo valor	Prejudicado	Prejudicado	PJ	Não	Prejudicado	Indeferido	Sociedade unipessoal de advocacia. Ausência de comprovação - renda e patrimônio incompatíveis (Rendimentos tributáveis de aprox. 152 mil)	Não	Súmula 481, AgRg no Recurso Especial nº 1.418.130-A e AgRgno Agravo de Instrumento nº 1.328.597-SP	Não
78	1001717-29.2014.8.26.0361	DP3	AI	PF	Rescisão contratual	Requerido em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Presunção - declaração	Não	Não	3 últimas declarações de IR e outros documentos comprobatórios	Não	Indeferido	Não juntou os documentos exigidos. Ausência de comprovação	Não	Não	Não	
79	2034461-37.2018.8.26.0000	DP3	AI	PF	Cumprimento de sentença	Autos físicos	Indeferido	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Ausência de demonstração de alteração de sua condição financeira	Prejudicado	Prejudicado	Não	última declaração de IR, extratos bancários atuais e outros documentos comprobatórios	Apenas os extratos bancários	Indeferido	Ausência de comprovação. Recebimento, via DOC e TED, nos valores aprox. 3400 e 6800. Destacou ser o requerente cliente "Itaú Personnalité"	Não	Não	Não
80	2246822-39.2017.8.26.0000	DP3	AI	PF	Ação de cobrança	Presunção - declaração	Indeferido	Sim	Não	Prejudicado	Prejudicado	Profissão definida (motorista), advogado particular e causa referente a financiamento de veículo	Prejudicado	Prejudicado	Não	última declaração do IR	Sim	Deferido	Ausência de elementos que afastem a presunção de hipossuficiência - renda reduzida (aprox. 2.300)	Não	Não	Não
81	2111193-59.2018.8.26.0000	DP3	AI	PJ	Ação de cobrança (acidente de trânsito)	Comprovação de que está em liquidação extrajudicial	Indeferido	PJ	Sim	Genérico	Balanco patrimonial e DRE	Ausência de comprovação	Prejudicado	Prejudicado	PJ	Não	Prejudicado	Deferido	Insuficiência de 108% do patrimônio líquido - liquidação extrajudicial pedida pela SUSEP	Não	Súmula 481, Recurso Especial nº 434.691/SP, REsp. 202.166, REsp nº 182.557/RJ e REsp nº 161.897/RS	Não
82	2033900-13.2018.8.26.0000	DP3	AI	PF	Ação de nunciação de obra nova	Presunção	Não analisado	Não	Sim	Últimas 3 declarações de IR e outros documentos comprobatórios	Holerite	Agravo de instrumento antes de decisão definitiva	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Indeferido	Renda superior a 5 mil líquidos. Indicou a profissão da esposa de farmacêutica	Não	Não	Não
83	1002150-79.2016.8.26.0323	DP3	Ap.	PF	Ação de cobrança	Requerido em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Presunção - declaração e comprovant e de	Não	Não	Extratos bancários dos últimos 6 meses	Não	Indeferido	Ausência de comprovação. Não juntou os documentos requisitados	Não	Não	Não

												recebiment o do INSS										
84	2224303- 70.2017.8.26. 0000	DP3	AI	PJ	Execução de título extrajud (honorários)	Declaração, IR do sócio e Simples da sociedade	Indeferido	PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Ausência de comprovação de hipossuficiênci a (bens imóveis, móveis e aplicações)	Prejudicado	Prejudicado	PJ	Cópia dos últimos dois IRs da PJ e dos últimos dois balancetes	Não	Indeferido	Ausência de comprovação. Não juntou os documentos requisitados	Não	Súmula 481	Não
85	1001739- 26.2016.8.26. 0100	DP3	Ap.	PF	Ação de cobrança (intermedia ção)	Requerido em sede recursal	Prejudicad o	Prejudicad o	Prejudicad o	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Declaração	Réu revel	Sim	Não	Prejudicad o	Deferido	Como o réu foi revel, restou deferido apenas para apreciação de sua apelação	Não	Não	Não
86	2006387- 70.2018.8.26. 0000	DP3	AI	PF	Indenizatóri a	Requerido em sede recursal	Prejudicad o	Prejudicad o	Prejudicad o	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Presunção - Carteira de trabalho	Não	Não	Não	Prejudicad o	Deferido	Elementos dos autos indicam a capacidade financeira. Deferida JG apenas para a apreciação do agravo. Destacou que a requerente comprovou o recebimento de aprox 1800 mensais, mas é sócia de duas empresas	Não	Não	Não
87	2243651- 74.2017.8.26. 0000	DP3	AI	PF	Embargos à execução	Presunção - declaração	Indeferido	Sim	Não	Prejudicado	Prejudicado	Possui capacidade financeira, pois assumiu o pagamento de parcela mensal de 785,06 do financiamento de veículo (informação vinda do processo principal)	Prejudicado	Prejudicado	Sim	Não	A parte, por iniciativa própria, juntou contrato de trabalho, demonstra tivo de auxílio gestante do INSS e carta de afastament o	Deferido	Presunção. Além disso, comprovou que recebia 1500 de remuneração e atualmente sobrevive com auxílio gestante do INSS	Não	Não	Não
88	2204984- 19.2017.8.26. 0000	DP3	AI	PF	Indenizatóri a	Presunção - declaração	Indeferido	Não	Sim	Últimas declarações de IR. Se isento, extratos bancários dos últimos 3 meses	Sim	Em sendo 4 autores, podem dividir os custos. Contrataram advogado particular	Prejudicado	Prejudicado	Sim	Não	Prejudicad o	Deferido	Suficiência da declaração de pobreza. Ausência de elementos que infirmem a presunção	Não	Não	Declaração de voto negando provimento , justificando na necessidad e de comprovaç ão (CF)

89	2219233-72.2017.8.26.0000	DP3	AI	PF	Ação monitória	Presunção - declaração e extrato bancário	Indeferido	Sim	Não	Prejudicado	Prejudicado	Requerente é empresário, não trouxe documentos comprobatórios e contratou advogado particular. Após o indeferimento, houve o recolhimento das custas. Posteriormente, e, novo pedido, que foi rechaçado exatamente pelo recolhimento.	Prejudicado	Prejudicado	Não	Últimas 3 declarações de imposto de renda e extratos bancários	Declarou que não declara IR e juntou extrato	Indeferido	Pagou inicialmente as custas e cobra mútuo no valor de R\$ 26.330,00. Não trouxe comprovação de hipossuficiência. Ações executivas e protestos já existiam à época do recolhimento das custas iniciais	Não	Não	Não
90	1001181-55.2016.8.26.0326	DP3	Ap.	PF	Ação de busca e apreensão	Requerido em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Presunção - Declaração e CTPS	Não	Não	Genérico	Extrato de conta bancária e a CTPS integral	Deferido	Comprovou que é aposentado e ganha 1.566,00	Não	Não	Não
91	2176755-15.2018.8.26.0000	DP3	AI	PJ	Ação de inexigibilidade de débito	Balanco patrimonial, lei de criação (utilidade pública)	Indeferido	PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Sociedade de economia mista que não comprovou sua hipossuficiência. Baixo valor da causa	Prejudicado	Prejudicado	PJ	Não	Prejudicado	Deferido	Há jurisprudência favorável ao pedido da empresa (COHAB) e a parte juntou notícia de jornal demonstrando sua ausência de recursos	Não	Súmula 481	Não
92	2224129-61.2017.8.26.0000	DP3	AI	PJ	Ação de cobrança (honorários advocatícios)	Extrato do Serasa com apontamento de dívidas e extratos da Justiça Federal com débitos fiscais	Indeferido	PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Ausência de comprovação. Valor da causa baixo	Prejudicado	Prejudicado	PJ	Não	Prejudicado	Indeferido	Ausência de comprovação (apontamentos no Serasa e dívidas fiscais não são suficientes). Baixo valor da causa. Passivo elevado não é suficiente	Não	STF, AgRg no AI n.º 667.523-1-RJ, AgRg no AI n.º 652.954-3, ED no RE n.º 556.515-7-RJ, AgRg no AI n.º 699.200-1-BA, ED no AI n.º 646.099-1-RJ, AgRg no AI n.º 657.629-7-SP; STJ, Corte Especial, EDiv. no REsp n.º 653.287-RS	Não
93	0007748-37.2006.8.26.0596	DP3	Ap.	PJ	Ação de cobrança	Requerido em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Autos físicos	Prejudicado	PJ	Prejudicado	Prejudicado	Deferido	A parte estar em falência comprova sua incapacidade financeira	Não	Súmula 481	Não

94	2127888-88.2018.8.26.0000	DP3	AI	PF	Cumprimento de sentença	Autos físicos	Indeferido	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Recolheu as custas devidas anteriormente, não juntou declaração de pobreza e não comprovou insuficiência	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Indeferido	Não comprovou insuficiência de recursos	Não	Não	Não
95	1005924-42.2018.8.26.0002	DP3	Ap.	PF	Ação de rescisão de arrematação de imóvel	Requerido em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Declaração	Não	Não	Não	Prejudicado	Indeferido	CF - Ausência de comprovação de hipossuficiência	Não	Não	"não havendo prova da situação econômica da apelante, presume-se que se encontram nos parâmetros medianos da divisão socioeconômica da classe média, a qual, evidentemente, não sofre na pele e no estômago o desembolso das despesas necessárias para custear a ação judicial, destinando-se o benefício às classes menos privilegiadas"
96	2179761-30.2018.8.26.0000	DP3	AI	PF	Embargos à execução	Presunção - declaração	Indeferido	Sim	Não	Prejudicado	Prejudicado	Deu em garantia 2 imóveis que somam aprox. 2.2 milhões. Ausência de comprovação	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	A parte juntou, por iniciativa própria, CTPS	Deferido	Imóveis, em que pese o valor, hipotecados e objeto da execução. Comprovação de estar desempregada	Não	Não	Não
97	2167639-82.2018.8.26.0000	DP3	AI	PJ	Monitória	Pedido formulado com base no art. 6º da Lei Estadual 11.608/2003	Indeferido	PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Fundação de direito privado não faz jus à isenção prevista no art. 6º da Lei 11.608/2003	Prejudicado	Prejudicado	PJ	Não	Prejudicado	Indeferido	Ausência de comprovação. Fundação de direito privado não faz jus à isenção prevista no art. 6º da Lei 11.608/2003.	Não	Súmula nº 481	Não

98	2124024-42.2018.8.26.0000	DP3	AI	PF	Tutela antecipada em caráter antecedente	Presunção - Declaração e extrato do Serasa	Indeferido	Sim - natureza e objeto discutidos; advogado particular	Sim	Cópia das últimas folhas da CTPS ou comprovante de renda; extrato bancário dos últimos 3 meses; extratos do cartão de crédito dos últimos 3 meses; última declaração IR, tudo do requerente e de eventual cônjuge	Não	Agravo de instrumento antes de decisão definitiva	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Não conhecido	Questão não analisada em primeira instância	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado
99	2102006-27.2018.8.26.0000	DP3	AI	PJ	Cumprimento de título judicial	Presunção (EIRELI) - declaração, comprovante e de débitos fiscais, simples, protestos, débitos de luz e contrato de locação	Não analisado	PJ	Prejudicado	Prejudicado	Impugnação ao cumprimento rejeitada sem análise do pedido de gratuidade	Prejudicado	Prejudicado	PJ	Comprovações dos últimos faturamentos, balancetes e 3 últimos IRs do sócio	Não	Indeferido	Documentos que não comprovaram a insuficiência de recursos da parte. Não juntou documentos solicitados.	Não	Súmula nº 481	Não	
100	2143839-25.2018.8.26.0000	DP3	AI	PF	Ação de indenização por danos morais	Presunção - declaração e afirmação de que não declara IR	Indeferido	Sim	Não	Prejudicado	Prejudicado	Requerente possui profissão definida (bombeiro civil), contratou advogado particular e assumiu o pagamento de prestação de 740 da compra de um veículo	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Não conhecido	Recurso intempestivo	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado
101	2111409-20.2018.8.26.0000	DP3	AI	PF	Ação de regresso	Presunção - declaração	Indeferido	Não	Sim	Última declaração de IR e extratos bancários	Recibo de pro labore	Ausência de comprovação	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Indeferido	Profissional autônomo. Não juntou os documentos solicitados em primeira instância. Ausência de comprovação	Não	Não	Não
102	2057157-67.2018.8.26.0000	DP3	AI	PF	Ação de cobrança (DPVAT)	Presunção - declaração e relatórios médicos	Indeferido	Não	Sim	Cópia das últimas folhas da CTPS ou comprovante de renda; extrato bancário dos últimos 3 meses; extratos do cartão de crédito dos	CTPS, extratos bancário, holerite e IR	Rendimentos superiores a 3 salários mínimos	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Indeferido	Rendimento (aprox. 4400 bruto) incompatível com a alegada hipossuficiência. Aplicações financeiras. Despesas que não mudam o panorama	Não	Não	Não

									últimos 3 meses; última declaração IR, tudo do requerente e de eventual cônjuge													
103	2243831-90.2017.8.26.0000	DP3	AI	PF	Ação indenizatória	Autos de primeira instância em segredo de justiça	Indeferido	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Documentos juntados aos autos demonstram a capacidade financeira da parte. Custas em valor inferior a 1/3 de salário mínimo. Ação de natureza patrimonial	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Indeferido	Elementos dos autos que comprovam a capacidade financeira dos requerentes (Aprox. 5 mil líquidos). Um dos requerentes que exerce profissão de bancária	Não	Não	Não
104	1014007-67.2016.8.26.0309	DP2	Ap.	PF	Ação de cobrança	Presunção - declaração, extrato do bacenjud para demonstrar não ter dinheiro e extrato SCPC	Indeferido	Sim	Não	Prejudicado	Prejudicado	Indeferido em sentença. É signatário de vários contratos de investimento e sócio de várias empresas	Reiterou o pedido em apelação. Pediu a expedição de ofícios aos bancos para demonstrar não ter dinheiro, bem como ao Infojud para comprovar não declarar IR	Não	Não	Não	Não	Indeferido	Não demonstrou modificação de sua condição financeira que justificasse o deferimento em sede recursal. Apelação não conhecida	Não	Não	Não
105	2220225-96.2018.8.26.0000	DP2	AI	PJ	Ação monitoria	Presunção (ME) - declaração	Indeferido	PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Em sendo pessoa jurídica, presume-se sua capacidade. Não demonstrou hipossuficiência	Prejudicado	Prejudicado	Sim	Não	Prejudicado	Deferido	Confusão entre a figura da pessoa física e da microempresa (microempreendedor). Possibilidade, dessa forma, de admitir a presunção. Comprovação, ademais de inatividade em 2015 e 2016.	Não	Súmula 481	Não

106	2204949-25.2018.8.26.0000	DP2	AI	PJ	Indenizatória	Presunção (ME) - declaração	Indeferido	PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Em sendo pessoa jurídica, presume-se sua capacidade. Não demonstrou hipossuficiência	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Não	Prejudicado	A decisão foi anulada	O juiz não poderia ter indeferido liminarmente o pedido de JG sem intimar a parte a comprovar sua condição	Prejudicado	Prejudicado	Declaração de voto negando provimento, afirmando que os documentos do Simples Nacional de 2017 demonstram sua capacidade
107	2231120-19.2018.8.26.0000	DP2	AI	PF	Ação revisional de contrato de financiamento	Presunção - declarações e comprovantes de ausência de declaração de IR	Indeferido	Sim	Não	Prejudicado	Prejudicado	A parte comprou um veículo e assumiu uma prestação de R\$ 378,01 mensais, o que afasta a presunção e demonstra sua capacidade financeira. Contratou advogado particular	Prejudicado	Prejudicado	Sim	Não	A parte, por iniciativa própria, juntou cópia da CTPS	Deferido	Presunção da declaração de hipossuficiência. Ademais, demonstrou estar desempregada. Contratar advogado particular não afasta a presunção. Afirmando estar desempregada. Ter assumido parcelas de aprox. 370 reais para aquisição de veículo não comprova capacidade financeira.	Não	Do STF RT: 740/233, Rel. Min. CARLOSVELL OSO; do STJ REsp nº 649.200-0 e AgRg no Ag nº 908.647-RS	Não
108	2043715-34.2018.8.26.0000	DP2	AI	PF	Ação revisional de contrato de financiamento	Presunção - declaração	Indeferido	Sim	Não	Prejudicado	Prejudicado	A autora propôs ação fora do seu domicílio e contratou advogado particular de outra cidade. Como deixou de usufruir da prerrogativa, como consumidora, de litigar em seu foro, demonstra capacidade financeira.	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Não	Prejudicado	A decisão foi anulada	O juiz não poderia ter indeferido liminarmente o pedido de JG sem intimar a parte a comprovar sua condição. Contratar advogado particular e propor ação em outro domicílio são irrelevantes	Prejudicado	Prejudicado	Frase do juiz: "Em suma: pobres não renunciaram a direitos; e se o fazem, devem suportar os custos de suas ações, para não fazer cortesia com o chapéu do Estado"
109	2175094-98.2018.8.26.0000	DP2	AI	PF	Indenizatória	Presunção - declaração, CTPS e extrato bancário	Indeferido	Não	Sim	Últimas 3 declarações de IR ou comprovante de isenção	Não	Ausência de juntada dos documentos solicitados. Advogado particular. A parte mora em imóvel de alto padrão. Tipo	Prejudicado	Prejudicado	Sim	Não	Prejudicado	Deferido	Presunção de veracidade. Informou não declarar IR. Ter contratado advogado particular é irrelevante	Não	do Supremo Tribunal Federal (RE 207.382-2/RS, in RT 748/172; RE 206.958-2/RS; RE 205.746-	Não

											de demanda. Ausência de comprovação								1/RS; RE 206.531-5/RS, e do Superior Tribunal de Justiça (RSTJ 7/414, 57/412, 78/413, 95/446)			
110	2187058-88.2018.8.26.0000	DP2	AI	PF	Ação de inexigibilidade de débito	Presunção-Declaração, CTPS e comprovante de ausência de declaração de IR	Indeferido	Sim	Não	Prejudicado	Prejudicado	Litigar fora de seu domicílio, enquanto consumidora, demonstra capacidade financeira	Prejudicado	Prejudicado	Sim	Não	Prejudicado	Deferido	Presunção de veracidade. Ter contratado advogado particular é irrelevante, assim também a questão de litigar fora de seu domicílio. Elementos que demonstram hipossuficiência	Não	Não	Não
111	2169842-17.2018.8.26.0000	DP2	AI	PF	Cautelar antecedente e - financiamento	Presunção - declaração	Indeferido	Não	Sim	Informe de rendimentos e última declaração de IR	Informou que não declara IR e juntou CTPS e extrato bancário	Não juntou demonstrativo de rendimento. Contratou advogado particular. O caso é referente a financiamento de veículo com parcelas de R\$ 719,96	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Deferido	Elementos dos autos indicam a hipossuficiência - comprovação de desemprego	Não	Não	Não
112	0004183-70.2015.8.26.0072	DP2	Ap.	PF	Servidão de passagem	Requerido em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Autos físicos	Prejudicado	Não	Prejudicado	Prejudicado	Indeferido	Ausência de comprovação	Não	Não	Não	
113	2145169-57.2018.8.26.0000	DP2	AI	PF	Incidente de desconsideração de personalidade jurídica	Autos físicos	Indeferido	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	O requerente pagou R\$ 600.000,00 por quotas sociais	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Deferido	Tem como renda bolsa-auxílio estágio. Juntou carteira de trabalho e declaração de IR demonstrando não ter condições financeiras	Não	AgRg no REsp 1079665/RS, AgRg no REsp 1206335/SP	Não

114	2169443-85.2018.8.26.0000	DP2	AI	PJ	Declaratória de nulidade de cláusula contratual	Declaração, planilha de custos e extrato SCPC	Indeferido	PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Não comprovou ausência de recursos. Contratou advogado particular	Prejudicado	Prejudicado	PJ	3 últimas declarações de IR, 3 últimos balancetes, extratos bancários dos últimos 3 meses, 3 últimas faturas de cartão de crédito e outros que comprove m ausência de recursos	Extratos	Indeferido	Ausência de comprovação. Não juntou os documentos requisitados	Não	Não	Não
115	1024036-43.2016.8.26.0224	DP2	Ap.	PF	Interdito proibitório	Requerido em sede recursal	Prejudicad o	Prejudicad o	Prejudicad o	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Declaração, CTPS e holerite	Não	Não	Não	Prejudicad o	Deferido	(CF) Comprovada a hipossuficiência, uma vez que recebe por volta de R\$ 600,00/mês	Não	Não	Não
116	2133093-98.2018.8.26.0000	DP2	AI	PJ	Ação monitória	Comprova ntes de inatividade e de ausência de declaração de IR pelo sócio	Indeferido	PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Ausência de comprovação de ausência de recursos	Prejudicado	Prejudicado	PJ	Extratos bancários dos últimos 2 meses e cópia das últimas declarações de IR	Não	Indeferido	Ausência de comprovação. Não juntou os documentos requisitados	Não	Não	
117	2095550-61.2018.8.26.0000	DP2	AI	PF e PJ	Embargos à execução	Comprova ntes de débitos fiscais	Indeferido	Não e PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Não comprovaram ausência de recursos. A gratuidade é concedida para entidades pias e sem fins lucrativos. Não falou à respeito das PFs	Prejudicado	Prejudicado	Não e PJ	3 últimas declarações de IR, 3 últimos balancetes, extratos bancários dos últimos 3 meses, 3 últimas faturas de cartão de crédito e outros que comprove m ausência de recursos	Sim	Indeferido	Recorrente pessoa física que auferiu 60 mil em 2016. As declarações de IR e extratos demonstram finanças hígidas. Possui dois automóveis de razoável padrão. Recorrente pessoa jurídica que teve incremento de ativo de aprox. 13 MM para 18 MM em 2016	Não	Não	Não
118	2144283-58.2018.8.26.0000	DP2	AI	PF	Indenizatóri a	Presunção - Declaração e holerite de um dos dois autores	Modulado (tudo, exceto custas iniciais)	Sim	Não	Prejudicado	Prejudicado	Pelo tipo de demanda e por terem advogado particular, as partes podem arcar com as custas iniciais (afastamento	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicad o	A decisão foi anulada	O juiz não poderia ter indeferido liminarmente o pedido de JG sem intimar a parte a comprovar sua condição.	Prejudic ado	Prejudicado	Declaração de voto concedend o a gratuidade integral

											da presunção). Deferida a isenção para outras despesas processuais							Contratar advogado particular é irrelevante				
119	2122744- 36.2018.8.26. 0000	DP2	AI	PF	Indenizatória	Presunção - declaração, CTPS e comprovant e de ausência declaração de IR	Indeferido	Sim	Não	Prejudicado	Prejudicado	Litigar fora de seu domicílio, enquanto consumidor, demonstra capacidade financeira. Possui advogado particular.	Prejudicado	Prejudicado	Sim	Não	Prejudicad o	Deferido	Não há elementos que afastem a presunção de veracidade da declaração de hipossuficiência. Contratar advogado particular é irrelevante. Comprovou receber por volta de 800,00 por mês	Não	Não	Não
120	2131841- 60.2018.8.26. 0000	DP2	AI	PF e PJ	Embargos à execução	Presunção - declaração	Indeferido	Não e PJ	Sim	PF: últimas 3 declarações de IR e 3 últimos comprovan tes de rendimento s ou similar. PJ: genérico	Não	Ausência de comprovação	Prejudicado	Prejudicado	Não e PJ	Não	Prejudicad o	Indeferido	Não juntaram os documentos solicitados e, consequenteme nte, não comprovaram a ausência de recursos	Não	Não	Não
121	1001635- 28.2018.8.26. 0663	DP2	Ap.	PF	Ação de cobrança	Requerido em sede recursal	Prejudicad o	Prejudicad o	Prejudicad o	Prejudicado	Prejudicado	Presunção - declaração	Não	Não	Não	Prejudicad o	Indeferido	Ausência de comprovação de hipossuficiência	Não	Não	Não	
122	2101524- 79.2017.8.26. 0000	DP2	AI	PJ	Ação de inexigibilida de de débito	Empresário individual. Juntou contas da empresa e declaração de faturamento	Indeferido	PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Inviável a concessão da gratuidade, pois a parte requer apenas a isenção das custas de publicação de editais. Pode requerer parcelamento	Prejudicado	Prejudicado	PJ	Não	Prejudicad o	Indeferido	Ausência de comprovação da alegada hipossuficiência - microempresári o (parte juntou contas de luz e água e comprovante de faturamento assinado por contador - aprox. 7 mil por mês)	Não	Súmula 481	Não
123	1026497- 38.2017.8.26. 0002	DP2	Ap.	PF e PJ	Embargos à execução	Presunção	Indeferido	Não e PJ	Sim	Última declaração de IR	Não	Indeferimento da inicial - não juntada de documentos	Prejudicado	Prejudicado	Não e PJ	Não	Prejudicad o	Indeferido	Ausência de comprovação - não juntaram os documentos requisitados	Não	Súmula 481	Não
124	2097984- 23.2018.8.26. 0000	DP2	AI	PF	Indenizatória	Presunção - declaração, CTPS e comprovant e de ausência de declaração de IR	Indeferido	Sim - natureza e objeto discutidos; advogado particular	Sim	Genérico	Não	Elementos dos autos afastam a presunção de veracidade - natureza e objeto da demanda e contratar advogado particular. Ausência de comprovação	Prejudicado	Prejudicado	Sim	Não	Prejudicad o	Deferido	Presunção. Além disso, demonstrou estar desempregado e não declarar IR. Irrelevante a contratação de advogado particular	Não	Não	Não

125	1000222-04.2015.8.26.0073	DP2	Ap.	PF	Ação de cobrança	Requerido em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Certidões de protestos	Não	Não	Não	Prejudicado	Indeferido	Decisão monocrática - Ausência de comprovação. Qualifica-se como empresário e constituiu advogado. Em que pese a previsão legal, ter advogado particular junto com outros elementos evidencia a capacidade financeira	Não	Não	Não
126	2090727-44.2018.8.26.0000	DP2	AI	PF e PJ	Embargos à execução	PF - Declaração; PJs - DRE, IRPJ, Certidão de distribuição de ações, certidão de distribuição de protestos	Indeferido	Não e PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	O balanço patrimonial não comprova a alegada hipossuficiência. A empresa está em atividade e todos os sócios são advogados	Prejudicado	Prejudicado	Não e PJ	PF - Últimos 2 Irs, extrato de conta bancária e cartão de crédito dos últimos 3 meses; PJ - Último IR, balancetes e outros documentos que demonstrem ausência de recursos	Sim	Foi deferido às PJs e indeferido à PF	PJs comprovaram sua hipossuficiência (Cidacar teve prejuízo de 26.778,99 no último ano; S/A Jauense teve prejuízo de 104.320,08 - além disso, as certidões de ações e de protestos também comprovam a impossibilidade). Quanto à PF, possui patrimônio milionário e gastos com valores altos (salões de cabeleireiro, restaurantes, lojas e clubes). Pagamento proporcional das custas	Não	Súmula 481	Não
127	0002583-66.2017.8.26.0032	DP2	Ap.	PJ	Ação monitoria	Não	Não analisado	PJ	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Sentenciado sem apreciação do pedido	Reiterou o pedido em apelação	Prejudicado	PJ	Últimas 3 declarações de IR, extratos bancários e outros documentos comprobatórios	Sim	Deferido	Microempreendedor. Demonstração de faturamento de aprox 10 mil em 2016. Balancetes que indicam despesas compatíveis com o Simples. Comprovação da ausência de recursos	Não	Não	Não

128	2060102-27.2018.8.26.0000	DP2	AI	PF e PJ	Embargos à execução	PJs - presunção; PJ - Balanço patrimonial	Indeferido	Não e PJ	Sim	2 últimas declarações de IR, 2 últimos comprovantes de renda, cópia de extratos bancários da parte e de eventual cônjuge e cópias das últimas 3 faturas de cartão de crédito	(documento s sigilosos)	Afastamento da presunção pela natureza e objeto da causa e contratação de advogado particular. Ausência de comprovação de ausência de recursos. Não falou especificamente em relação à PJ	Prejudicado	Prejudicado	Não e PJ	Genérico	Já haviam sido juntados documentos	Indeferido	PJ - balanço patrimonial juntado não é recente. Ausência de comprovação. PJs - o primeiro tem ganhos acima de 3 salários mínimos e há indício de conta da qual não foi apresentado extrato; a segunda, apresentou apenas um extrato antigo e se qualifica como empresária. Ausência de comprovação	3 salários mínimos - defensoria	Súmula 481	Não
129	1033761-20.2018.8.26.0506	DP2	Ap.	PF e PJ	Embargos à execução	Requerido em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Presunção - declaração e extrato de ações que estão sofrendo	Alegaram que não têm condições de arcar com o preparo recursal por causa do valor da causa (mais de 1MM)	Sim e PJ	Não	Prejudicado	Deferido	PF - presunção de veracidade. PJ - comprovação da impossibilidade pelo extrato de execuções que vem sofrendo	Não	Súmula 481	Não	
130	2072600-58.2018.8.26.0000	DP2	AI	PF	Produção antecipada de provas	Presunção - declaração e CTPS	Indeferido	Não (CF)	Sim	Cópia das últimas duas declarações de IR e dois últimos comprovantes de rendimentos	(documento s sigilosos)	Benefício incompatível com a renda	Prejudicado	Prejudicado	Sim	Não	Prejudicado	Deferido	Presunção. Renda aproximada de 3 salários mínimos. Irrelevância da contratação de advogado	Não	STF, RT: 740/233; STJ REsp nº 649.200-0-SP e AgRg no Ag nº 908.647-RS	Não
131	1003829-07.2017.8.26.0606	DP2	Ap.	PF	Obrigações de fazer	Presunção - declaração, CTPS e comprovante de ausência de declaração de IR	Indeferido	Sim	Não	Prejudicado	Prejudicado	Indeferimento da inicial. A parte contratou advogado de outro Estado (MG)	Reiterou o pedido em apelação	Não	Não	Não	Prejudicado	Deferido	Elementos que demonstram sua hipossuficiência (CTPS em branco e não declaração de IR)	Não	Não	Não

132	1007722-45.2017.8.26.0011	DP2	Ap.	PJ	Embargos à execução	Presunção	Indeferido	PJ	Sim	Genérico	Não	Ausência de comprovação de ausência de recursos	Reiterou o pedido em apelação	Não	PJ	Não	Prejudicado	Indeferido	Ausência de demonstração da modificação da condição financeira depois do indeferimento em primeira instância mantido pelo Tribunal em AI	Não	Não	Não
133	2244407-83.2016.8.26.0000	DP2	AI	PF e PJ	Embargos à execução	Declaração - PJ - DRE; PF - extrato SCPC	Indeferido	Não e PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Ausência de comprovação	Prejudicado	Prejudicado	Não e PJ	PJ - últimas declarações de IR, último balancete do livro caixa e seus balanços patrimoniais; PF - Última declaração de IR, extrato bancário e fatura do cartão. Outros documentos pertinentes	Balanco e IR de umas das PFs	Indeferido	PJ teve lucro acumulados de R\$ 55.955,21 em 2017. PF - Renda anual de aprox 60 mil. Valor da causa baixo. Ausência de comprovação	Não	Súmula 481	Não
134	1021271-83.2016.8.26.0003	DP2	Ap.	PF e PJ	Embargos à execução	Requerido em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Declaração. PJ - Cópia do Simples. PFs - declarações de IR	Alegou impossibilidade de arcar com o preparo recursal	Não e PJ	Não	Prejudicado	Indeferido	PJ - ausência de comprovação. PFs - Capacidade de serem avalistas em operação de 36 mil. Pagamento de custas iniciais e distribuição da PJ de 170 mil aos seus sócios	Não	Súmula 481	Não
135	2028476-87.2018.8.26.0000	DP2	AI	PF	Embargos de terceiro	Presunção	Indeferido	Sim - advogado particular	Sim	Cópia das últimas folhas da CTPS ou comprovante de renda; extrato bancário dos últimos 3 meses; extratos do cartão de crédito dos últimos 3 meses; última declaração IR	Cópias do IR	Deixou de apresentar todos os documentos solicitados. Ausência de comprovação	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Indeferido	Não juntou os documentos solicitados e declaração de hipossuficiência. Recebeu 65 mil no ano de 2017. Possui 3 imóveis, aplicações em bancos, créditos de empréstimos realizados e dois automóveis	Não	Não	Não

136	2249204-05.2017.8.26.0000	DP2	AI	PF	Cumprimento de sentença coletiva	Espólios e pessoas físicas. Presunção - declarações	Não analisado	Sim - natureza e objeto discutidos; advogado particular	Sim	Cópia das últimas folhas da CTPS ou comprovante de renda; extrato bancário dos últimos 3 meses; extratos do cartão de crédito dos últimos 3 meses; última declaração IR	Não	Agravo de instrumento antes de decisão definitiva	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Não conhecido	Ausência de conteúdo decisório no despacho que determina a junta de documentos comprobatórios	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado
137	1000603-96.2017.8.26.0572	DP2	Ap.	PJ	Embargos à execução	Requerido em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Extrato bancário e lista de execuções que está sofrendo	Não	PJ	3 últimos balancetes assinados por contador ou, na falta, declaração por ele assinada	Declaração de inatividade e extrato de faturamento em 2017	Deferido	Com a declaração de inatividade assinada por contador, presume-se a ausência de recursos	Não	STF Recl (AReg, em Emb, de Declaração) 1.905/SP e STJ (Resp nº 321.997/MG, Súmula 481	Prejudicado
138	2004692-81.2018.8.26.0000	DP2	AI	PF	Embargos à execução	Presunção	Indeferido	Não	Sim	Última declaração de IR, prova de rendimentos mensais, três últimos extratos bancários e última fatura de cartão de crédito	(documento sigilosos)	Valor dos imóveis (aprox 400 mil) são incompatíveis com a renda declarada (aprox 27 mil)	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Indeferido	Patrimônio incompatível com a renda alegada (imóveis que ultrapassam 400 mil). Além disso, financiou junto ao exequente um automóvel de aprox 67 mil, com parcelas de aprox 1800 reais.	Não	Não	Não
139	2211004-26.2017.8.26.0000	DP2	AI	PF	Cumprimento de sentença (honorários)	Pedido de revogação	Revogado	Prejudicado	Não	Prejudicado	Prejudicado	O exequente demonstrou que o executado é proprietário de um veículo. Dessa forma, possível o prosseguimento da execução, pela modificação da situação financeira.	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Mantido	A localização de um veículo não é suficiente para demonstrar alteração da capacidade financeira do executado, a justificar a revogação do benefício	Não	Prejudicado	Prejudicado
140	1031340-04.2016.8.26.0577	DP2	Ap.	PJ	Embargos à execução	Declaração de inatividade e IRPJ	Indeferido	PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Ausência de comprovação de ausência de recursos. Jugou extinto por não recolhimento de custas	Reiterou o pedido em apelação	Não	PJ	Não	Prejudicado	Não conhecido	A parte não interpsôs o recurso correto no momento adequado (agravo de instrumento). Não conhecimento da apelação por deserção	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado

141	2222514-36.2017.8.26.0000	DP2	AI	PF	Ação de inexigibilidade de débito	Presunção - declaração, CTPS, extrato bancário, comprovante e de ausência de declaração de IR	Indeferido	Sim	Não	Prejudicado	Prejudicado	Deixou de litigar em seu domicílio para litigar no domicílio do réu. Contratou advogado particular. Não demonstrou qualquer comprovante de renda.	Prejudicado	Prejudicado	Sim	Não	Prejudicado	Deferido	Ausência de elementos que afastem a presunção de hipossuficiência.	Não	Não	Art. 3º da constituição do Estado de São Paulo
142	1010101-75.2017.8.26.0037	DP2	Ap.	PF	Produção antecipada de provas	Presunção - declaração e holerite	Indeferido	Sim	Não	Prejudicado	Prejudicado	Indeferido em sentença. Possui renda superior ao da maioria dos trabalhadores (não especificou). Assumiu parcela de financiamento no valor aprox de R\$ 544	Reiterou o pedido em apelação	Prejudicado	Não	Declaração de IR e comprovante de rendimentos atualizado	Não	Deferido	Comprovação de hipossuficiência (salário de aprox. 1600 líquido). Dentro do critério da defensoria	3 salários mínimos - defensoria	Não	Não
143	1034243-54.2017.8.26.0002	DP2	Ap.	PF	Obrigação de fazer	Presunção - declaração, CTPS e comprovante e de ausência de declaração de IR	Indeferido	Sim	Não	Prejudicado	Prejudicado	Litigar fora de seu domicílio, enquanto consumidor, demonstra capacidade financeira.	Reiterou o pedido em apelação	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Não conhecido	A parte não interpôs o recurso correto no momento adequado (agravo de instrumento). Não conhecimento da apelação por deserção	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado
144	2203614-05.2017.8.26.0000	DP2	AI	PJ	Ação declaratória de inexistência de relação jurídica com pedidos indenizatórios	Massa falida - presunção. Balancete e lista de credores	Indeferido	PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Estar em liquidação extrajudicial não é suficiente para deferir gratuidade de justiça. É necessário demonstrar a ausência de recursos, o que não foi feito	Prejudicado	Prejudicado	PJ	Não	Prejudicado	Indeferido	Os documentos juntados demonstram capacidade financeira, em que pese a liquidação extrajudicial e patrimônio líquido negativo. Incabível igualmente o diferimento de custas, uma vez que não foi comprovada a incapacidade temporária	Não	Súmula 481, EREsp. nº 855020, AgRg. no Ag. nº 1388558 e EDCI. no REsp. nº 1136707	Prejudicado
145	2185349-52.2017.8.26.0000	DP2	AI	PJ	Embargos à execução	Folha de pagamento de funcionários e contas	Indeferido	PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Ausência de comprovação de ausência de recursos	Prejudicado	Prejudicado	PJ	Não	Prejudicado	A decisão foi anulada	O juiz não poderia ter indeferido liminarmente o pedido de JG	Prejudicado	Não	Não

																			sem intimar a parte a comprovar sua condição.			
146	2192512-83.2017.8.26.0000	DP2	AI	PJ	Ação de inexistência de débito	Declaração e declaração do contador de prejuízo de aprox 28 mil em balanço levantado em julho de 2017	Indeferido	PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Ausência de comprovação de ausência de recursos	Prejudicado	Prejudicado	PJ	Não	Prejudicado	Indeferido	Ausência de comprovação de ausência de recursos. Deveria ter juntado balanço. Declaração do contador não é suficiente	Não	Súmula 481 e AgRg no AREsp nº 272793	Não
147	1000490-30.2018.8.26.0210	DP2	AI	PF	Ação monitória	Requerido em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Presunção - Extrato de ações de execução que vem sofrendo	Impossibilidade de arcar com o preparo recursal	Não	Declaração de IR, comprovante de rendimentos, extratos bancários e outros documentos comprobatórios	Juntou IR e extrato de conta	Indeferido	Patrimônio e renda acima da média nacional (aprox. 93 mil no ano). Acima da faixa de isenção do IR	Isenção de IR e critério da Defensoria	AgRg no AREsp nº 252.258	Não	
148	1003046-23.2018.8.26.0010	DP2	Ap.	PJ	Embargos à execução	Requerido em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	PJ	Balanço patrimonial assinado por auditor independente e demais documentos comprobatórios	Simplex, extrato conta corrente, extrato Sersa (score)	Indeferido	Ausência de comprovação - não juntaram os documentos requisitados	Não	AgInt no AREsp 968.241/SP e AgInt no REsp 1385668/SP	Não	
149	2080800-54.2018.8.26.0000	DP2	AI	PJ	Pedido de cancelamento de protesto	Presunção (ME) - declaração e declaração de IR de inativa	Indeferido	PJ	Sim	Genérico	Balanço patrimonial, declaração de isenção de IRPJ	Ausência de comprovação. Inatividade que não é suficiente para comprovar a ausência de recursos.	Prejudicado	Prejudicado	PJ	Não	Prejudicado	Indeferido	Confusão entre a figura da pessoa física e da microempresa (microempreendedor). Ausência de comprovação da situação financeira da pessoa física. Baixo valor das custas. Impossibilidade de diferimento das custas	Não	Súmula 481	"A jurisprudência majoritária deste Tribunal tem entendido que, por se tratar de hipótese de isenção tributária, cuja interpretação deve ser restritiva, o rol acima transcrito é taxativo, não se admitindo interpretação extensiva".

150	2234302-13.2018.8.26.0000	DP2	AI	PF	Obrigação de fazer	Presunção - declaração e holerite	Indeferido	Não	Não	Prejudicado	Prejudicado	Renda incompatível com a alegada insuficiência de recursos (aprox. 5 mil bruto e 2200 liq)	Prejudicado	Prejudicado	Não	3 últimos extratos de conta corrente, de cartão de crédito e 3 últimas declarações de IR	Juntou parcialmente os IRs	Indeferido	Ausência de comprovação. Juntada dos IRs de forma incompleta (sem a página de indicação de bens). Custas em valor baixo. Renda mensal de aprox. 5 mil	Não	Não	Não
151	1001335-28.2018.8.26.0189	DP2	Ap.	PF	Ação de exibição de documentos	Presunção - declaração e documento do INSS	Indeferido	Não	Não	Prejudicado	Prejudicado	Indeferido em sentença. Ausência de comprovação da alegada insuficiência.	Prejudicado	Prejudicado	Sim	Não	Prejudicado	Deferido	Presunção corroborada pela comprovação de recebimento de aposentadoria pelo INSS	Não	Não	Não
152	0001174-16.2018.8.26.0066	DP2	Ap.	PJ	Embargos à execução	Presunção (ME) - comprovant e de processos judiciais, Simples e extrato do Serasa	Não analisado	PJ	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Sentenciado sem apreciação do pedido	Pedido reiterado em sede recursal	Prejudicado	PJ	Não	Prejudicado	Deferido	Documentos que comprovam a insuficiência de recursos (print de ações do site do TJSP, Simples, score do Serasa)	Não	Não	Não
153	2117580-90.2018.8.26.0000	DP2	AI	PJ	Embargos à execução	Alegou falta de recursos	Indeferido	PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Ausência de comprovação	Prejudicado	Prejudicado	PJ	Não	A parte, por iniciativa própria, juntou extrato bancário, print de ações no site do TJ e extratos do Serasa (score)	Indeferido	Documentos que não são suficientes para comprovar a alegada ausência de recursos	Não	Não	Não
154	1003037-93.2017.8.26.0431	DP2	Ap.	PF	Obrigação de fazer	Presunção - Declaração e holerite	Não analisado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Sentenciado sem apreciação do pedido	Pedido não reiterado em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Não conhecido	Não conhecimento do recurso. Ausência de pedido de gratuidade em sede recursal. Deserção.	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado

155	1002140-55.2014.8.26.0533	DP2	AI	PF	Ação indenizatória	Requerido em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Substituição do autor, falecido ao longo da demanda, por seus herdeiros. Apenas declaração.	Não	Não	Não	Os requerentes juntaram, por iniciativa própria, declaração e CTPS de todos	Deferido	Documentos que abonam a presunção de veracidade da declaração de insuficiência (CTPS - rendimento de aprox. 800)	Não	Não	Não
156	1011427-53.2016.8.26.0248	DP1	Ap.	PJ	Ação de adjudicação compulsória	Requerido em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Extrato bancário e balancete	Não	PJ	Não	Prejudicado	Deferido	Documentos juntados comprovam a ausência de recursos (extrato bancário e balancete negativo)	Não	Não	Não
157	1004019-26.2018.8.26.0576	DP1	Ap.	PF	Ação de inexigibilidade de débito	Requerido em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Presunção - declaração de hipossuficiência, CTPS e comprovante de não declaração de IR	Apelação do patrono da parte	Não	Não	Prejudicado	Indeferido	O requerente é advogado militante, o que afasta a presunção de ausência de recursos. Não comprovação da incapacidade financeira	Não	Não	Não
158	2216433-37.2018.8.26.0000	DP1	AI	PF	Ação de extinção de condomínio	Presunção - declaração	Indeferido	Sim - natureza e objeto discutidos; advogado particular	Sim	Cópia da última declaração de IR	(documento sigilosos)	Rendimentos mensais médios de aprox 6 mil, ou seja, acima do critério da DPE.	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	A parte, por iniciativa própria, juntou comprovante de despesas com a filha dependente e química	Deferido	Os elementos dos autos comprovam que a parte não tem condições de arcar com as despesas processuais. Aposentadoria de aprox. 6 mil, com gastos como o de manutenção da filha dependente química (800 por mês)	Não	Não	Não

159	2108679-36.2018.8.26.0000	DP1	AI	PF	Obrigação de fazer	Presunção - declaração	Indeferido	Não	Sim	Duas últimas declarações de IR	Juntou CTPS e extratos bancários. Alegou não declarar IR	Parte qualificada como humorista. Pressupõe-se, dessa forma, auferir renda	Prejudicado	Prejudicado	Sim	Não	Prejudicado	Deferido	Ausência de elementos que infirmem a presunção de veracidade da alegação de hipossuficiência. Documentos dos autos, ao contrário, comprovam (juntou extratos bancários)	Não	Não	Não
160	2201088-31.2018.8.26.0000	DP1	AI	PJ	Ação de rescisão de contrato de compra e venda	Balanços patrimoniais e análises de suas contas pelo TCE-SP	Indeferido	PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Ausência de demonstração de incapacidade financeira. Valor da causa baixo	Prejudicado	Prejudicado	PJ	Não	Prejudicado	Indeferido	Os documentos juntados não demonstram a incapacidade de arcar com as despesas processuais (juntou balanço patrimonial negativo)	Não	Súmula 481 e REsp 1152669	Não
161	0009617-56.2015.8.26.0002	DP1	Ap.	PF	Impugnação à justiça gratuita (CPC/73)	Pedido de revogação	Revogado	Prejudicado	Sim	Última declaração IR	Sim	Demonstração de que a parte teve acréscimo patrimonial de 15 mil reais. Em pesquisa ao "google street view", verificou-se que sua casa está em bairro privilegiado, cujo valor não é aquele declarado no IR. Possui veículo de aprox 45 mil	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Revogado	Os elementos dos autos, indicados na decisão de primeira instância, demonstram a capacidade financeira da parte. Além disso, ter advogado particular "conspira contra a hipossuficiência financeira"	Não	Não	Não

162	1014308-20.2017.8.26.0037	DP1	Ap.	PF	Usucapião	Presunção - declaração	Indeferido	Não	Sim	Holerite, última declaração de IR e últimos 3 extratos bancários	Afirmação de que são autônomos, não declaram IR e não possuem conta bancária	O juiz, em consulta ao BacenJud, verificou que os autores possuem 3 contas. Eles, por sua vez, afirmaram que elas estão inativas, mas não conseguiram pegar o comprovante no banco. Indeferimento por ausência de comprovação. Posterior sentença por ausência de recolhimento de custas	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Deferido	O imóvel usucapiendo é humilde. Há comprovação de que o autor exerce trabalho rural e que a autora trabalhou como "selecionadora de sucatas". As partes demonstram baixa escolarização, sendo o autor qualificado como analfabeto em seu RG. Juntada extemporânea de comprovante de inatividade de conta corrente e de ausência de declaração de IR	Não	Não	Não
163	2239571-67.2017.8.26.0000	DP1	AI	PF	Obrigação de fazer	Autos físicos	Indeferido	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Pedido deveria ter sido formulado em peça apartada, e não no bojo da apelação. Indeferimento do pedido e deserção da apelação	Prejudicado	Prejudicado	Não	Holerite dos últimos 3 meses e imposto de renda dos últimos dois exercícios	Juntou comprovante de recebimento de benefício do INSS	Deferido	Benefício inferior a 3 salários mínimos. Esposa que não trabalha. Comprovação da ausência de recursos	3 salários mínimos	Não	Não
164	2184403-46.2018.8.26.0000	DP1	AI	PF	Ação de sonogados	Autos de primeira instância em segredo de justiça	Indeferido	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Modulação (diferimento de custas)	Condição financeira e patrimonial não permite o deferimento de gratuidade integral. Possibilidade, todavia, diante valor alto das custas, de diferir seus pagamentos. Roldo art. 5º da Lei 11.608/03 que não é taxativo.	Não	Não	Declaração de voto perdedor: "Respeitados os entendimentos diversos, acerca de interpretação ampliativa às hipóteses de diferimento, sendo a obrigação fiscal ex lege, de natureza pública, não são permitidos os processos de

																						integração (CTN, art. 108) para possibilitar outros casos de deferimento, que não os legais, da taxa judiciária, inexistindo antinomia jurídica ou violação ao art. 5º, incisos XXXV e LXXIV, da Constituição Federal".
165	1043466-65.2016.8.26.0002	DP1	Ap.	PF	Ação de rescisão contratual	Pedido de revogação em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Mantido	Ausência de demonstração de alteração de capacidade financeira dos autores	Não	Não	Não
166	2140790-10.2017.8.26.0000	DP1	AI	PF	Indenizatória	Presunção - declaração e comprovante de ausência de declaração de IR	Indeferido	Sim	Não	Prejudicado	Prejudicado	Parte representada por advogado particular e contratou serviço odontológico estético de alto valor. Afastamento da presunção e comprovação da capacidade	Prejudicado	Prejudicado	Não	Últimas 3 declarações de IR e holerites, faturas do cartão de crédito e extratos bancários	CTPS, extratos e contas de água e luz	Deferido	Irrelevância da contratação de advogado particular. Comprovação de que é autônoma, com depósitos de no máximo R\$ 3.195,00 em sua conta corrente. Despesas de água e luz em valores módicos	Não	Não	Não
167	2162526-50.2018.8.26.0000	DP1	AI	PF	Ação redibitória	Presunção - declaração	Não analisado	Não	Sim	Última declaração de IR, certidão do detran e do registro de imóveis da comarca	Não	Agravo de instrumento antes de decisão definitiva	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Indeferido	Ausência de comprovação (não juntou docs solicitados). "Não há indícios de que não há renda"	Não	Não	Não
168	2059766-23.2018.8.26.0000	DP1	AI	PF	Ação de ressarcimento	Presunção - declaração	Não analisado	Não	Sim	Últimas duas declarações de IR e comprovante de rendimentos	Não	Agravo de instrumento antes de decisão definitiva	Prejudicado	Prejudicado	Não	Últimas 3 declarações de IR ou extratos bancários dos últimos 3 meses, bem como outros documentos comprobatórios	Comprova nte do INSS e alguns extratos	Deferido	Comprovação da hipossuficiência alegada	Não	Não	Não

169	2053101-25.2017.8.26.0000	DP1	AI	PF	Querela Nullitatis	Presunção - voto de deferimento de JG em caso relacionado	Indeferido	Sim - natureza e objeto discutidos; advogado particular	Sim	Cópia da CTPS ou comprovante de renda seu e de eventual cônjuge, extratos bancários dos últimos 3 meses, extratos cartões de crédito últimos 3 meses, cópia de última declaração de IR e declaração de pobreza	Sim	Indicação (tudo de forma genérica) de que a requerente auferir renda, possui reservas em contas bancárias, declara bens de valores elevados, sendo tal situação incompatível com JG	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Deferido	Irrelevância da contratação de advogado particular. Comprovação de que a requerente é idosa e sustenta sua família com duas aposentadorias que totalizam R\$ 6.906,12. Comprovação de pagamento de plano de saúde no valor de R\$ 2.505,08. Hipossuficiência comprovada	Não	Não	Não
170	1000462-71.2017.8.26.0477	DP1	Ap.	PF	Rescisão contratual	Requerido em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Não	Não	Não	Indeferido	Requerimento apreciado em decisão do relator. Ausência de comprovação de modificação de situação financeira. Contratação de advogado particular corrobora a possibilidade financeira. Recurso julgado deserto em acórdão	Não	Não	Não
171	2159167-92.2018.8.26.0000	DP1	AI	PF	Rescisão contratual	Presunção - declaração	Indeferido	Sim - natureza e objeto discutidos; advogado particular	Sim	Cópia da CTPS ou comprovante de renda seu e de eventual cônjuge, extratos bancários	IR e CTPS incompletos	Em consulta, de ofício, ao InfoJud acessou as declarações de IR da parte nos últimos 2 anos e constatou que	Prejudicado	Prejudicado	Sim	Não	Prejudicado	Deferido	Elementos dos autos não elidem a presunção de hipossuficiência. Parte recebe aprox. 2 salários mínimos, não possuindo bens	Não	AgRg no AREsp 363.687/RS, REsp 1.584.130/RS e AgInt no REsp 1.641.432/PR	Não

									dos últimos 3 meses, extratos cartões de crédito últimos 3 meses e cópia de última declaração de IR		ela é assalariada, possui 3 veículos e não tem dívidas. A parte não juntou planilha de despesas. Ausência de comprovação							ou aplicações relevantes. Valor da causa elevado que acarreta valor elevado das custas				
172	2131800-93.2018.8.26.0000	DP1	AI	PF	Indenizatória	Presunção - declaração e CTPS	Indeferido	Sim	Não	Prejudicado	Prejudicado	Elementos dos autos indicam a capacidade financeira da parte. É gerente financeiro e comprou apartamento financiado com parcela mensal de R\$ 4.110,28. Em complementação, após pedido de reconsideração, a Juíza indicou que a parte recebeu aprox 72 mil de rendimentos, mais 153 mil de lucros e dividendos no exercício de 2017. Declarou ainda patrimônio de aprox. 500 mil	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Indeferido	Em que pese a ausência de vínculo formal de trabalho, o requerente vem auferindo renda por meio de EIRELI e por meio de pagamentos da Igreja Mundial do Poder de Deus. Presunção de veracidade elidida	Não	Não	Não
173	2100799-90.2018.8.26.0000	DP1	AI	PF	Usucapião	Presunção - declaração	Indeferido	Sim - advogado particular	Sim	Cópia da CTPS ou comprovante de renda seu e de eventual cônjuge, extratos bancários dos últimos 3 meses, extratos cartões de crédito últimos 3 meses e cópia de	Parcialmente	Agravo de instrumento antes de decisão definitiva	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Indeferido	Um dos requerentes é funcionário público e recebe aprox R\$ 5.000,00 por mês.	Não	Não	Não

									última declaração de IR													
174	1075006-02.2014.8.26.0100	DP1	Ap.	PJ	Usucapião	Requerido em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Afirmou que está em liquidação extrajudicial	Não	PJ	Não	Prejudicado	Indeferido	Não comprovou insuficiência de recursos. Estar em liquidação extrajudicial não é suficiente	Não	Súmula 481, Resp 1495260, Resp 580.930 e EDCI no Resp 1136707	Não
175	1003086-36.2017.8.26.0011	DP1	Ap.	PF	Rescisão contratual	Requerido em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Presunção	Não	Sim	Não	Prejudicado	Deferido	Presunção de hipossuficiência de recursos. Cabe à parte contrária demonstrar que o requerente possui condições de arcar com as custas	Não	Não	Não
176	0000924-57.2004.8.26.0297	DP1	Ap.	PF	Indenizatória	Requerido em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Autos físicos	Aparentement e juntou novos documentos indicando que não exerce atividade laboral e que possui várias execuções contra si em andamento	Não	Não	Prejudicado	Deferido	Comprovação de incapacidade financeira	Não	Não	Não
177	2034909-44.2017.8.26.0000	DP1	AI	PJ	Execução de título extrajud	Associação sem fins lucrativos - juntou declaração e balanços patrimoniais	Indeferido	PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Ausência de comprovação de incapacidade financeira	Prejudicado	Prejudicado	PJ	Não	Prejudicado	Indeferido	Documentos juntados não comprovam a alegada incapacidade financeira (a parte juntou balanço patrimonial negativo)	Não	Súmula 481 e Resp 272793	Não
178	1004617-95.2015.8.26.0604	DP1	Ap.	PF	Ação de cobrança	Presunção - holerite	Não analisado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Sentenciado sem apreciação do pedido	Presunção - declaração, CTPS, extrato bancário e IR incompleto	Pedido não apreciado em primeira instância	Sim	Não	Prejudicado	Deferido	Litígio envolvendo imóvel de baixo valor e ausência de impugnação em contrarrazões	Não	Não	Não

179	2028461-21.2018.8.26.0000	DP1	AI	PF	Reivindicatória	Espólio - juntada de declaração do inventariant e e de documentos indicando que possui câncer	Indeferido	Sim - natureza e objeto discutidos; advogado particular	Sim	Cópia da CTPS ou comprovante de renda seu e de eventual cônjuge, extratos bancários dos últimos 3 meses, extratos cartões de crédito últimos 3 meses e cópia de última declaração de IR	Deixou de juntar IR e extratos do cartão de crédito	Deixou de juntar todos os documentos solicitados. Potencial ocultação de outras fontes de renda	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Indeferido	CF - A parte deixou de juntar determinadas folhas da CTPS e do IR. Ausência de comprovação, dessa forma, de sua hipossuficiência (a parte juntou extratos bancários, comprovação de que possui doença grave e documento demonstrando não declarar IR)	Não	Não	Não
180	2239691-13.2017.8.26.0000	DP1	AI	PF	Ação declaratória - condomínio	Presunção - declaração	Indeferido	Não (CF)	Sim	Últimas 3 declarações de IR e comprovante de rendimento mensal	Juntou de extrato de aposentadoria do INSS	Ausência de comprovação. Contratação de advogado particular	Prejudicado	Prejudicado	Sim	Não determinou, mas possibilitou a juntada de extratos, comprovantes de rendimentos e lista de bens	Não	Deferido	Ausência de elementos que afastem a presunção de hipossuficiência. Benefício recebido pela parte (amparo social ao idoso) confirma a necessidade. Utilização do "google street view" para ver que o imóvel é simples	Não	Não	Não
181	2115979-49.2018.8.26.0000	DP1	AI	PF	Monitória	Presunção - declaração	Indeferido	Não	Sim	Últimas 3 declarações de IR ou comprovante de isenção e outros documentos comprobatórios como holerite	Sim (segredo de justiça)	Declaração de IR que elide a presunção legal e comprova a capacidade financeira (sem indicação de valores)	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Indeferido	Um dos requerentes declarou ter recebido aprox 225 mil em 2016 e possui um terreno no valor de aprox 20 mil. O valor da causa é baixo, então o valor das custas também será baixo	Não	Não	Não
182	2117487-30.2018.8.26.0000	DP1	AI	PF	Adjudicação compulsória	Presunção - declaração	Indeferido	Não (CF)	Sim	Comprovan tes de rendimento s, extratos bancários e cópia da última declaração de IR	Sim	A requerente possui rendimentos do mercado informal (não especificou), então pode recolher as custas. Contratou advogado particular, deixando de	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Deferido	Reside em local modesto (visto pelo google maps) e auferiu rendimento de aprox 1066,66 por mês. Comprovada a impossibilidade de arcar com as custas	Não	Não	Não

											procurar a Defensoria Pública											
183	2018901-55.2018.8.26.0000	DP1	AI	PF	Alienação judicial	Presunção - declaração	Indeferido	Não (CF)	Sim	Juntada das últimas 3 declarações de IR	Sim	Natureza, objeto da causa e a contratação de advogado particular elidem a presunção. Requerente possui renda e é proprietário de empresa	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Indeferido	Ausência de comprovação da alegada hipossuficiência	Não	RESP nº 544.021	Não
184	2059307-21.2018.8.26.0000	DP1	AI	PF	Indenizatória	Pedido de revogação	Revogado	Prejudicado	Não	Prejudicado	Prejudicado	Demonstração de que possuem rendimentos incompatíveis com a gratuidade de justiça	Prejudicado	Prejudicado	Não	Declaração de IR e outros documentos comprobatórios	Sim	Mantido	Elementos dos autos que confirmam a manutenção da hipossuficiência. Extrato de conta bancária negativo. Carta de demissão	Não	Não	Não
185	2013825-50.2018.8.26.0000	DP1	AI	PJ	Indenizatória	Requerido em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado		Agravo de instrumento o contra indeferimento em sede de apelação	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Não conhecido	Recurso não conhecido. Impossibilidade de interposição de agravo de instrumento contra indeferimento em sede de apelação	Prejudicado	Prejudicado	Não
186	2156951-95.2017.8.26.0000	DP1	AI	PF	Indenizatória	Presunção - declaração, IR e extratos bancários	Indeferido	Sim	Não	Prejudicado	Prejudicado	Documentos juntados aos autos demonstram a capacidade econômica da parte. Rendimentos de aprox. 3500 por mês e valores aplicados em investimentos	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Indeferido	Rendimentos de aprox. 3500 por mês e 30 mil em caderneta de poupança. Despesas que não afastam a possibilidade da parte arcar com os custos do processo	Não	Não	Não
187	2065631-27.2018.8.26.0000	DP1	AI	PF	Usucapião	Presunção - declaração e encaminhamento do convênio DPE/OAB	Indeferido	Sim	Não	Prejudicado	Prejudicado	Os autores possuem profissão definida (remalhadeira e motorista) e residem em casa própria. A regularização do imóvel, pela usucapião, poderá resultar em expressiva valorização	Prejudicado	Prejudicado	Sim	Não	Prejudicado	Deferido	Presunção de veracidade não afastada pelos elementos dos autos. As profissões das partes não caracterizam a existência de recursos. Rendas mensais de aprox. 600 e 1000. Demanda com altos custos	Não	Não	Não

188	1002947-39.2015.8.26.0663	DP1	Ap.	PF	Cessão de direitos possessoríos	Presunção - declaração	Indeferido	Sim	Não	Prejudicado	Prejudicado	Apreciado em sentença. Um dos réus é comerciante e dono da área loteada	Reiteração do pedido - presunção	Prejudicado	Sim	Não	Prejudicado	Deferido	Falecimento do requerente da isenção. Pedido reiterado por seu espólio. Falecimento ocasiona redução da renda familiar	Não	Não	Não
189	2247963-93.2017.8.26.0000	DP1	AI	PJ	Plano de saúde	Balancos patrimoniais e notícias que demonstram estar passando por dificuldades	Não analisado	PJ	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Agravo de instrumento antes de decisão definitiva	Requerida agravou contra decisão que deferiu antecipação de tutela à requerente e requereu gratuidade de justiça	Prejudicado	PJ	Não	Prejudicado	Deferido	Associação filantrópica, sem fins lucrativos. Comprovou condição financeira adversa	Não	Não	Não
190	2015326-39.2018.8.26.0000	DP1	AI	PF	Rescisão contratual	Presunção - declaração	Indeferido	Não (CF)	Sim	Cópia dos 3 últimos Irs	Não	Os elementos dos autos não demonstram a hipossuficiência financeira da parte	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Indeferido	A parte foi intimada a juntar documentos e quedou-se inerte. Ausência de comprovação de sua hipossuficiência.	Não	Não	Não
191	2151581-38.2017.8.26.0000	DP1	AI	PJ	Indenizatória	Decretos de utilidade pública, CEBAS, reportagens financeiras demonstram do suas dificuldades financeiras e balanço patrimonial	Indeferido	PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Ausência de comprovação de sua hipossuficiência	Prejudicado	Prejudicado	PJ	Não	Prejudicado	Indeferido	Balanço patrimonial negativo não é suficiente para comprovar hipossuficiência. Ausência de comprovação. Receber recursos do SUS não torna obrigatória a concessão	Não	Não	Não
192	2028181-50.2018.8.26.0000	DP1	AI	PF	Rescisão contratual	Requerido em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Agravo de instrumento contra indeferimento em sede de apelação	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Não conhecido	Recurso não conhecido. Impossibilidade de interposição de agravo de instrumento contra indeferimento em sede de apelação	Prejudicado	Prejudicado	Não
193	2191512-48.2017.8.26.0000	DP1	AI	PF	Ação de cobrança	Presunção - declaração e comprovante de ausência de	Indeferido	Sim - celebrou negócio jurídico, contratou	Sim	Cópia da CTPS ou comprovante de renda seu e de eventual	Não	Ausência de juntada de documentos comprobatórios. Valor da causa baixo	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Deferido	Parte comprovou que não declara IR e que o imóvel objeto da rescisão	Não	Não	Não

						declaração de IR		advogado particular		cônjuge, extratos bancários dos últimos 3 meses, extratos cartões de crédito últimos 3 meses e cópia de última declaração de IR		que reflete em baixo valor de custas							pertence ao programa Minha casa, Minha vida				
194	2237352-47.2018.8.26.0000	DP1	AI	PF	Rescisão contratual	Presunção - declaração	Indeferido	Sim - natureza e objeto da causa	Sim	Cópia da CTPS ou comprovante de renda seu e de eventual cônjuge, extratos bancários dos últimos 3 meses, extratos cartões de crédito últimos 3 meses e cópia de última declaração de IR	Apenas extrato de poupança	Afastada a a presunção, não foram juntados documentos para comprovar sua hipossuficiência a	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Indeferido	Há indícios de incompatibilidad e com a alegada hipossuficiência, pois comprou apartamento de aprox 150 mil. Não trouxe documentos para comprovar sua ausência de recursos. Saldo em conta bancária de aprox. 1400 reais	Não	Não	Não	Não
195	2195420-16.2017.8.26.0000	DP1	AI	PF	Cumprimento de sentença	Modificação de sua situação econômica - Declaração, CTPS e comprovante de suspensão de benefício acidentário	Indeferido	Prejudicado	Não	Prejudicado	Prejudicado	Ausência de comprovação de hipossuficiência a. JG que possui efeitos ex nunc	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Indeferido	CF - Não restou demonstrada a alteração de situação financeira. JG possui efeitos ex nunc	Não	Não	Não	Não
196	2178121-26.2017.8.26.0000	DP1	AI	PJ	Cumprimento de sentença	Requerido em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	PJ	Não	Prejudicado	Deferido	Deferido apenas para a tramitação do recurso. Sem fundamentação.	Não	Não	Não	Não
197	2238695-15.2017.8.26.0000	DP1	AI	PJ	Indenizatória	Seguradora afirmou que está em liquidação extrajudicial	Indeferido	PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Ausência de comprovação. Liquidação extrajudicial não significa ausência de recursos	Não	Não	PJ	Não	A parte, por iniciativa própria, juntou demonstrações financeiras	Deferido	Parte comprovou situação financeira deficitária	Não	Súmula 481	Não	Não

198	2039911-92.2017.8.26.0000	DP1	AI	PF	Indenizatória	Presunção - declaração e CTPS	Indeferido	Sim	Não	Prejudicado	Prejudicado	Natureza e objeto discutidos e advogado particular afastam a presunção. Hipossuficiência a não comprovada. Em consulta à Receita Federal, constatou-se que o requerente possui trabalho fixo ganhando muito mais do que 3 salários mínimos	Não	Não	Sim	Não	Prejudicado	Deferido	Ao responder ao pedido de informações, o Juiz não demonstrou de onde retirou a informação que utilizou para indeferir a JG. A parte juntou cópia de IR que desmente a informação. Ausência de elementos que afastem a presunção	Não	Não	Caso importante!
199	2212916-58.2017.8.26.0000	DP1	AI	PF	Indenizatória	Presunção - holerite	Indeferido	Sim	Não	Prejudicado	Prejudicado	Ação relacionada a imóvel de valor "razoável" ressalta a capacidade financeira dos autores	Não	Não	Não	Não	A parte juntou, por iniciativa própria, cópia da CTPS	Indeferido	Um dos autores recebe aprox 4 mil por mês. A ação relaciona-se com imóvel de valor "razoável"	Não	Não	Não
200	2120811-28.2018.8.26.0000	DP1	AI	PJ	Ação de rescisão contratual	Requerido em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Preliminar de não conhecimento do recurso por ausência de preparo, não tendo a parte gratuidade	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Não conhecido	Parte que teve o pedido de gratuidade indeferida em REsp e recolheu o preparo. Ato incompatível com a alegada insuficiência de recursos. Recurso não conhecido	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	
201	1000989-57.2016.8.26.0477	DP1	Ap.	PF	Ação indenizatória	Requerido em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Indeferido em primeira instância. Parte recolheu as custas. Em sede recursal fez novo pedido, sem juntar documentos.	Não	Não	Não	Prejudicado	Indeferido	Ausência de comprovação.	Não	Não	Não	

202	2215253-83.2018.8.26.0000	DP1	AI	PF	Imissão de posse	Presunção - Declaração, extrato bancário e certidão de ausência de bens imóveis na comarca	Indeferido	Não	Sim	CTPS ou outro documento comprobatório de renda	CTPS	Renda incompatível com a alegada insuficiência de recursos (aprox. 6600)	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Indeferido	Renda incompatível com a alegada insuficiência de recursos (aprox. 6600). Subtraídas as despesas o saldo é de aprox 3600.	Não	Não	Não
203	1044638-05.2017.8.26.0100	DP1	Ap.	PJ	Rescisão contratual	Requerido em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Balanço patrimonial e extrato bancário	Não	PJ	Não	Prejudicado	Indeferido	Documentos que não são suficientes para comprovar a alegada ausência de recursos. Balanço patrimonial desatualizado. Extrato bancário que comprova apenas a ausência de saldo em uma conta corrente, mas não afasta a possibilidade de existência de outras. Ausência de indicação de impacto financeiro das demandas judiciais a que responde	Não	Não	Não
204	2135632-37.2018.8.26.0000	DP1	AI	PF	Ação consignatória	Presunção - declaração	Indeferido	Não	Sim	IR ou outros documentos comprobatórios	Sim	Indeferido a um dos réus. Rendimentos incompatíveis com a alegada insuficiência de recursos	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Indeferido	Requerente que possui 26 mil declarados em dinheiro vivo. Remuneração de aprox. 3200. Ação que resultará em levantamento de dinheiro em favor da requerente	Não	Não	Não

205	2152177-22.2017.8.26.0000	DP1	AI	PF	Ação indenizatória	Presunção - declaração, IR, extratos bancários e extrato do Serasa	Indeferido	Sim	Não	Prejudicado	Prejudicado	Gasto anual com plano de saúde (aprox. 21 mil) incompatível com a alegada hipossuficiência a. Bens partilhados entre as partes (inventário) e participação societária que demonstram capacidade financeira	Prejudicado	Prejudicado	Não	CTPS, comprovante de renda e comprovantes de despesas	CTPS e contratos de locação (renda)	Indeferido	Gasto anual com plano de saúde (aprox. 21 mil) incompatível com a alegada hipossuficiência. Bens partilhados entre as partes (inventário) que demonstram capacidade financeira. Requerente que é, ainda, sócia de empresa individual.	Não	AgRg nos EDcl na MC 5942-SP e REsp178244/RS	Não
206	2022261-95.2018.8.26.0000	DP1	AI	PF	Alvará judicial	Presunção - declaração e CTPS	Indeferido	Não (CF)	Sim	IR e comprovantes de renda	CTPS, holerite e conta de luz	Ausência de comprovação da hipossuficiência a. Contratação de advogado particular	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Deferido	Contratação de advogado particular que não é justificativa para indeferimento. Documentos que comprovam a hipossuficiência do requerente (rendimentos de aprox. 2 mil)	Não	Não	Não
207	2205559-27.2017.8.26.0000	DP1	AI	PF	Ação indenizatória	Presunção - declaração	Indeferido	Sim - natureza e objeto discutidos; advogado particular	Sim	Cópia da CTPS ou comprovante de renda seu e de eventual cônjuge, extratos bancários dos últimos 3 meses, extratos cartões de crédito últimos 3 meses e cópia de última declaração de IR	Comprova ntes de ausência de declaração de IR	Elidida a presunção, não restou comprovada a hipossuficiência a. Para que se qualifica como empresária e adquiriu 3 terrenos em cidade do interior.	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Indeferido	Ausência de comprovação da alegada insuficiência de recursos. Requerente que se qualifica como empresária e ajuizou ação para pedir ressarcimento em negócio jurídico de compra de imóvel de 37 mil reais	Não	REsp1185351/RJ	"Consigne-se que a agravante se qualifica como empresária, de modo que, para a comprovação da renda auferida, é necessária a apresentação da Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos DECORE, nos termos da Resolução CFC nº 1.364/2011, do Conselho Federal de

																							Contabilida de".
208	0007775-75.2017.8.26.0453	EMP	AI	PF	Habilitação de crédito	Presunção - declaração	Indeferido	Sim - natureza e objeto discutidos; advogado particular	Sim	Cópia da CTPS ou comprovante de renda seu e de eventual cônjuge, extratos bancários dos últimos 3 meses, extratos cartões de crédito últimos 3 meses e cópia de última declaração de IR	Não	Ausência de comprovação da hipossuficiênci a	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicad o	Não conhecido	Recurso não conhecido, pois a parte interpôs apelação em vez de agravo.	Prejudic ado	Prejudicado	Não	
209	2178595-60.2018.8.26.0000	EMP	AI	PF e PJ	Franquia	Presunção - declaração	Indeferido	Não - CF e PJ	Sim	Cópia do IR ou comprovante de não entrega	Juntou declaração do Simples e extrato bancário. Declaração de IR pessoa física	Patrimônio "considerável" . Não é pobre na acepção do termo	Prejudicado	Prejudicado	Não e PJ	Não	Prejudicad o	Deferido	Comprovação de hipossuficiência pela PF. PJ que demonstrou que não gerou rendimentos relevantes nos últimos anos	Não	Não	Não	
210	0007763-61.2017.8.26.0453	EMP	AI	PF	Habilitação de crédito	Presunção - declaração	Indeferido	Sim - natureza e objeto discutidos; advogado particular	Sim	Cópia da CTPS ou comprovante de renda seu e de eventual cônjuge, extratos bancários dos últimos 3 meses, extratos cartões de crédito últimos 3 meses e cópia de última declaração de IR	Não	Ausência de comprovação da hipossuficiênci a	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicad o	Não conhecido	Recurso não conhecido, pois a parte interpôs apelação em vez de agravo.	Prejudic ado	Prejudicado	Não	
211	2243197-60.2018.8.26.0000	EMP	AI	PF	Rescisão contratual	Presunção - declaração	Indeferido	Afastada por ato ordinatório	Sim	3 últimas declarações de IR, 3 últimos extratos bancários e outros documentos que entender necessários	Balanço da pessoa jurídica; certidão de protesto; dívida com a facilidade; dívida com a pessoa jurídica	Ausência de juntada de IR e, consequentem ente, ausência de comprovação.	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicad o	Indeferido	Imposto de renda do marido da requerente indica patrimônio incompatível com a gratuidade (aprox. 300 mil)	Não	Não	Não	
212	0007759-24.2017.8.26.0453	EMP	AI	PF	Habilitação de crédito	Presunção - declaração	Indeferido	Sim - natureza e objeto discutidos; advogado particular	Sim	Cópia da CTPS ou comprovante de renda seu e de eventual	Não	Ausência de comprovação da hipossuficiênci a	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicad o	Não conhecido	Recurso não conhecido, pois a parte interpôs apelação em vez de agravo.	Prejudic ado	Prejudicado	Não	

									cônjuge, extratos bancários dos últimos 3 meses, extratos cartões de crédito últimos 3 meses e cópia de última declaração de IR													
213	2206452-81.2018.8.26.0000	EMP	AI	PF	Indenizatória	Presunção - declaração e holerite	Indeferido	Não (CF)	Sim	Última declaração de IR, comprovante de rendimentos e extratos bancários dos últimos 2 meses	Sim	ostenta situação financeira estável e privilegiada	Prejudicado	Prejudicado	Sim	Não	Prejudicado	Deferido	Presunção. Documentos juntados corroboram sua hipossuficiência. Rendimentos líquidos de aprox. 3.500. Irrelevância de contratação de advogado particular.	Não	Não	Não
214	1139614-38.2016.8.26.0100	EMP	Ap.	PF	Franquia	Requerido em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Cópia da CTPS, extrato bancário e IR	Não. Falou que não tem condição de arcar com o preparo recursal	Não	Não	Prejudicado	Deferido	Documentos juntados comprovam a ausência de recursos	Não	Não	Não
215	1003333-75.2017.8.26.0218	EMP	Ap.	PF	Monitória	Revogada em sentença	Revogado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Natureza e objeto da causa (alienação de quotas sociais, por R\$ 33.750,00). Contratação de advogado particular	Não	Reiterou que recebe aprox. 2 mil reais	Sim	Não	Prejudicado	Deferido	Ausência de elementos que afastem a presunção de hipossuficiência. Irrelevância da contratação de advogado particular. Requerente aufere aprox. 1900 reais por mês	Não	Não	Não
216	1014149-04.2017.8.26.0223	EMP	Ap.	PF	Cooperativa	Pedido de revogação em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Impugnação em contrarrazões	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Não conhecido	Incabível a impugnação em contrarrazões de apelação, de gratuidade mantida em sentença	Prejudicado	Prejudicado	Não
217	2100647-42.2018.8.26.0000	EMP	AI	PF	Embargos à execução	Presunção - declaração	Indeferido	Não (CF)	Sim	Cópia da última declaração de IR	Sim	Rendimentos do requerente estão acima de 3 salários mínimos	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Indeferido	Ausência de comprovação. Não juntou os documentos requisitados	Não	Não	Não
218	2162996-81.2018.8.26.0000	EMP	AI	PF e PJ	Patente	Presunção - declaração	Indeferido	Não e PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Valor irrisório da causa. Inatividade e falta de faturamento que não justificam, por si só, o deferimento. Após Eds, o	Prejudicado	Prejudicado	Não e PJ	Não	Prejudicado	Indeferido	Requerente pessoa física reside em imóvel localizado em loteamento com casas a venda por aprox 3 milhões. Valor da causa irrisório	Não	Não	Não

											Juiz deferiu o parcelamento											
219	2093193-11.2018.8.26.0000	EMP	AI	PJ	Indenizatória	Documentos comprovando que está inativa, não possui empregados e possui dívidas fiscais	Indeferido	PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	PJ	Não	Prejudicado	Modulação (diferimento de custas)	Os documentos juntados demonstram "período de dificuldade financeira", mas não comprovam a ausência de recursos. A empresa ainda recolhe FGTS e possui pequeno faturamento. Possibilidade, todavia, de diferimento das custas.	Não	Súmula 481	Não	
220	2121567-37.2018.8.26.0000	EMP	AI	PF e PJ	Patente	Presunção - declaração e documentos sigilosos	Indeferido	Sim e PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Não e PJ	Não	Não	Deferido	Ausência de elementos que demonstrem a capacidade financeira das partes (PF e PJ-ME). Residir em imóvel de alto padrão não é justificativa, por si só, para indeferimento. Há nos autos confissão de dívida, de aluguel, no valor de aprox 200 mil.	Não	Não	Não	

221	2122972-11.2018.8.26.0000	EMP	AI	PF e PJ	Patente	Presunção - Declaração e IR	Indeferido	Sim e PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Gratuidade inicialmente deferida. Decisão posterior, todavia, assentando que a parte possui quase 100 ações idênticas, todas com valor de 1 mil reais e em que há necessidade de perícia. O requerente PF reside em imóvel de alto padrão.	Prejudicado	Prejudicado	Não e PJ	Não	Prejudicado	Indeferido	Os requerentes ajuizaram uma série de ações idênticas. Há incompatibilidade e entre o local que reside, com aluguel de 7 mil, com sua declaração de IR. O valor da causa é diminuto.	Não	Não	Não
222	2146269-47.2018.8.26.0000	EMP	AI	PJ	Societário	Declaração, IR, certidão do Serasa e extrato bancário	Indeferido	PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Capital social de 5 milhões. A ação (a requerente é ré) envolve contrato de 200 mil. O porte de seu empreendimento imobiliário é incompatível com o benefício. Contratação de advogado particular	Prejudicado	Prejudicado	PJ	Não	Prejudicado	Indeferido	Os documentos juntados não demonstram a incapacidade de arcar com as despesas processuais. Extratos do Serasa só demonstram a impontualidade de algumas obrigações. O saldo negativo em conta corrente não é relevante à luz do capital social	Não	Súmula 481	Não
223	2101798-43.2018.8.26.0000	EMP	AI	PF	Habilitação de crédito	Presunção - declaração	Indeferido	Não (CF)	Sim	Cópia do contrato de honorários advocatícios, declaração acerca do custeio do insumo de seu advogado, extratos de cartão de crédito,	Não	Necessidade de comprovação de hipossuficiência. Contratação de advogado particular. Não juntou os documentos exigidos	Prejudicado	Prejudicado	Sim	Não	Juntou, por iniciativa própria, cópia da CTPS e demonstrativo de rendimentos	Deferido	Presunção de hipossuficiência corroborada pelos documentos trazidos. Remuneração mensal de aprox. 2000. Irrelevância da contratação de advogado particular	Não	Não	Não

									rendimento s anuais														
224	1138577-73.2016.8.26.0100	EMP	Ap.	PF	Indenizatória	Presunção - declaração	Indeferido	Não (CF)	Sim	Cópia do contrato de honorários advocatícios, declaração acerca do custeio do insumo de seu advogado, extratos de cartão de crédito, rendimento s anuais	IR PFs, Simples da empresa e contrato de honorários	Os documentos juntados são insuficientes para comprar a hipossuficiência. Contratação de advogado particular	IR e CTPS	Não	Não	Não	Prejudicado	Deferido	Comprovação da hipossuficiência alegada	Não	Não	Não	
225	2087667-63.2018.8.26.0000	EMP	AI	PF	Habilitação de crédito	Presunção - declaração e documento do INSS	Indeferido	Não (CF)	Sim	Cópia do contrato de honorários advocatícios, declaração acerca do custeio do insumo de seu advogado, extratos de cartão de crédito, rendimento s anuais	Sim	Os documentos juntados são insuficientes para comprar a hipossuficiência. Contratação de advogado particular	Prejudicado	Prejudicado	Sim	Não	Prejudicado	Deferido	Presunção de hipossuficiência corroborada pelos documentos trazidos. Remuneração mensal de aprox. 3000. Irrelevância da contratação de advogado particular	Não	Não	Não	
226	2098971-59.2018.8.26.0000	EMP	AI	PF	Habilitação de crédito	Presunção - declaração e CTPS	Indeferido	Não (CF)	Sim	Cópia do contrato de honorários advocatícios, declaração acerca do custeio do insumo de seu advogado, extratos de cartão de crédito, rendimento s anuais	Sim	Os documentos juntados são insuficientes para comprar a hipossuficiência. Contratação de advogado particular	Prejudicado	Prejudicado	Sim	Não	Prejudicado	Deferido	Presunção de hipossuficiência corroborada pelos documentos trazidos. Remuneração mensal de aprox. 2400. Irrelevância da contratação de advogado particular	Não	Não	Não	
227	0046376-27.2012.8.26.0001	EMP	Ap.	PF	Rescisão contratual	Autos físicos	Indeferido	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Indeferimento anterior da gratuidade. Indeferimento, dessa forma, da reconvenção do requerente da gratuidade por não recolhimento das custas	Autos físicos - reiteração do pedido em sede de apelação	Autos físicos	Não	Não	Prejudicado	Indeferido	Impossibilidade de se rediscutir em apelação a revogação de gratuidade de justiça na fase de conhecimento. Questão que já havia sido decidida em agravo de instrumento	Não	Não	Não	

228	1002178-62.2016.8.26.0318	EMP	Ap.	PF	Sustação de protesto	Presunção - declaração	Não analisado	Sim - ser advogado	Sim	Últimos 3 IR	Prejudicado	Pedido não apreciado porque o requerente juntou as custas. Reiteração, todavia, do pedido em apelação.	Presunção	Não	Não	IR dos últimos 3 exercícios	Sim	Deferido	O requerente não auferiu renda de 2015 a 2017, apesar de ter patrimônio de aprox. 450 mil. Preparo recursal de aprox. 30 mil	Não	Não	Não
229	1002447-79.2016.8.26.0002	EMP	Ap.	PF	Indenizatória	Requerido em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Presunção - declaração	Não	Não	Não	Prejudicado	Indeferido	O requerente é empresário e recolheu as custas iniciais. O contrato discutido possui cifras milionárias. Ausência de comprovação.	Não	Não	Não
230	2053726-25.2018.8.26.0000	EMP	AI	PF	Habilitação de crédito	Presunção - declaração	Indeferido	Não (CF)	Sim	Cópia do contrato de honorários advocatícios, declaração acerca do custeio do insumo de seu advogado, extratos de cartão de crédito, rendimentos anuais	Sim	Os documentos juntados são insuficientes para comprovar a hipossuficiência. Contratação de advogado particular	Prejudicado	Prejudicado	Sim	Não	Prejudicado	Deferido	Presunção de hipossuficiência corroborada pelos documentos trazidos. Remuneração mensal de aprox. 2000. Irrelevância da contratação de advogado particular. Crédito a ser habilitado de natureza trabalhista	Não	Não	Não
231	2123752-48.2018.8.26.0000	EMP	AI	PJ	Dissolução parcial (cumprimento de sentença)	Declaração, balancete, documento do INSS sócio	Indeferido	PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Ausência de demonstração de incapacidade financeira.	Prejudicado	Prejudicado	PJ	Não	Prejudicado	Modulação (parcelamento)	Ausência de comprovação da ausência de recursos. Empresa sólida com ativo de mais de 1 mi em 2017 e prejuízo relativamente de 100 mil. Sócio que, em que pese receber benefício de aprox. 2000 do INSS, pode receber dividendos da empresa. Diante da momentânea dificuldade financeira, cabível a modulação.	Não	Súmula 481 STJ	Não
232	1022951-95.2015.8.26.0114	EMP	Ap.	PJ	Indenizatória	Requerido em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Balanço patrimonial	Não	PJ	Genérico	Não	Indeferido	Parte requereu gratuidade de justiça, mas depois recolheu o preparo	Não	Não	Não

																			menor. Após decisão para complementação, a parte reiterou o pedido de gratuidade, que foi indeferido. Recurso deserto			
233	1000472-90.2014.8.26.0002	EMP	Ap.	PF	Ação de prestação de contas	Requerido em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Presunção	Não	Sim	Últimas 3 declarações de IR	Sim (comprovante de não declaração)	Deferido	Ausência de documentos que infirmem a presunção de hipossuficiência	Não	Não	Não	
234	2032716-22.2018.8.26.0000	EMP	AI	PF	Habilitação de crédito	Presunção - declaração e IR	Indeferido	Não (CF)	Sim	Cópia do contrato de honorários advocatícios, declaração acerca do custeio do insumo de seu advogado, extratos de cartão de crédito, rendimentos anuais	Não juntou contrato de honorários. Juntou outros documentos como certidão do Serasa e outras dívidas	Os documentos juntados são insuficientes para comprovar a hipossuficiência. Contratação de advogado particular. Possui renda anual de 198 mil. Condenação por litigância de má-fé	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Indeferido	Auferiu renda mensal, nos últimos dois anos, de aproximadamente 16 mil a título de dividendos. Em que pese a existência de dívidas e de outras despesas, a renda mostra-se incompatível com a gratuidade de justiça. Afastamento da má-fé	Não	Não	Não

235	2211681-56.2017.8.26.0000	EMP	AI	PF	Cautelar pré-arbitral	Presunção - certidão de nascimento dos filhos e extratos bancários	Indeferido	Não	Não	Prejudicado	Prejudicado	Ausência de comprovação da hipossuficiência	Prejudicado	Prejudicado	Não	Últimas 3 declarações de IR, extratos bancários e outros documentos comprobatórios	Sim	Indeferido	Presunção afastada pelos elementos dos autos. Ausência de prova de atual crise financeira. Intensa movimentação bancária. Um dos requerentes tem saldo negativo de apenas 600 reais, enquanto o outro tem positivo de 165. Cartão de crédito no valor de aprox. 4700. Fotos juntadas pelo agravado demonstram incompatibilidade e entre a alegação de hipossuficiência e situação real.	Não	Não	Não
236	1055212-58.2015.8.26.0100	EMP	Ap.	PJ	Embargos à execução	Requerido em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Alegação de dificuldade financeira e que está em recuperação judicial	Não	PJ	Não	Prejudicado	Indeferido	Ausência de comprovação da ausência de recursos. Apelante que apresentou apenas alegações genéricas. Estar em recuperação não é suficiente para concessão da gratuidade	Não	Não	Não	
237	2057189-72.2018.8.26.0000	EMP	AI	PF	Alteração social	Presunção - declaração e extrato bancário	Indeferido	Não	Sim	Genérico	cópia parcial de IR	Renda de aprox. 2450 incompatível com a gratuidade de justiça	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Indeferido	O requerente possui duas rendas, uma de aprox. 3 mil do INSS e outra de aprox. 2900 de remuneração em outro emprego. Elementos dos autos afastam a presunção de veracidade. Não trouxe documentos que	Não	Não	Não

																		demonstrem suas despesas				
238	2223802-19.2017.8.26.0000	EMP	AI	PF	Franquia	Pedido de revogação em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Mantido	Presunção de hipossuficiência às pessoas físicas. Juiz que não está obrigado, dessa forma, a requerer documentos comprobatórios. Ausência de elementos que infirmem a presunção	Não	Não	Não
239	2229214-28.2017.8.26.0000	EMP	AI	PF e PJ	Dissolução parcial de sociedade	IR, declaração de faturamento, extrato conta bancária	Indeferido	Sim e PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Renda da PF incompatível com a gratuidade. Benefício reservado a pessoas físicas e, excepcionalmente, a pessoas jurídicas sem fins lucrativos ou filantrópicas. Ausência de comprovação, ademais, da ausência de recursos. Contratação de advogado particular	Prejudicado	Prejudicado	Não e PJ	Não	Prejudicado	Indeferido	Ausência de juntada de IR e demais documentos comprobatórios pela pessoa física. Ausência de comprova, igualmente, da pessoa jurídica.	Não	Súmula 481	Não
240	2158270-98.2017.8.26.0000	EMP	AI	PJ	Franquia	Pedido de revogação em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Não conhecido	Recurso não conhecido na parte da impugnação, pois o pleito havia sido indeferido por decisão proferida há mais de um ano antes do agravo	Prejudicado	Prejudicado	Não

241	2023898-81.2018.8.26.0000	EMP	AI	PF	Habilitação de crédito	Presunção - declaração	Não analisado	Não	Sim	IR, declaração de rendimento e extratos bancários	Prejudicado	Agravo de instrumento antes de decisão definitiva	Prejudicado	Prejudicado	Não	Últimas 3 declarações de IR, extratos bancários e outros documentos comprobatórios	Juntou IR, holerite e comprovante de pagamento da faculdade da filha	Indeferido	Ausência de comprovação da hipossuficiência. Renda mensal de aprox. 6800 reais, possui dois imóveis e não tem dívidas. Mensalidade da filha que é de aprox. 300	Não	Não	Não
242	2189483-25.2017.8.26.0000	EMP	AI	PJ	Embargos à execução	Declarou que não tem condições de arcar com as custas	Indeferido	PJ	Sim	Última declaração de IRPJ e declaração de faturamento, assinada pelos sócios e contador	Juntou balanço e parcial declaração de IR	Ausência de comprovação de que as empresas estejam inativas ou não tenham condições financeiras	Prejudicado	Prejudicado	PJ	Não	Prejudicado	Modulação (diferimento de custas)	Ausência de documentos comprobatórios, como IRPJ integral e extratos bancários. Contudo, tendo em vista alto valor da causa (superior a 6 mil) e as constrições sofridas pelas agravantes, cabível o diferimento	Não	Súmula 481	Não
243	1000311-06.2016.8.26.0586	EMP	Ap.	PF	Apuração de haveres	Requerido em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Declaração, IR, extrato bancário, holerite e comprovante de despesa condominial	Não	Não	Não	Prejudicado	Indeferido	Presunção elidida pelos elementos dos autos. Valor da causa baixo (2 mil). O requerente possui renda de aprox. 5 mil, possui 3 imóveis e aplicações previdenciárias. Seu patrimônio é muito maior do que suas dívidas.	Não	Não	Não

244	2229998-05.2017.8.26.0000	EMP	AI	PF	Indenizatória (patente)	Autos de primeira instância em segredo de justiça	Indeferido	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Diante do vultuoso valor da causa e dos rendimentos dos autores, incabível o deferimento de gratuidade de justiça	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Modulação (diferimento de custas)	Um dos requerentes é aposentado e ganha aprox. 3400 e não possui bens. O outro, afirmou que se encontra desempregado. Deve-se levar em consideração, todavia, que a patente que alegam que sofreu violação consta do acervo patrimonial de ambos. Assim, a hipossuficiência é relativa. Tendo em vista o valor da causa (14 mi), cabível o deferimento de custas	Não	Não	Não
245	2248671-46.2017.8.26.0000	EMP	AI	PF	Indenizatória	Requerido em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Não conhecido	Recurso não conhecido - não consta do rol do art. 1.015	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado
246	1061870-67.2016.8.26.0002	EMP	Ap.	PF	Indenizatória	Requerido em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Declaração, extrato bancário, CTPS e protesto que sofreu	Não	Sim	Não	Prejudicado	Deferido	Ausência de elementos que afastem a presunção de veracidade da declaração de hipossuficiência. Ônus da parte contrária de demonstrar a capacidade financeira do requerente	Não	AgRg no REsp n. 1.259.393 e REsp n. 1211838	Não	

247	2222863-39.2017.8.26.0000	EMP	AI	PF	Rescisão contratual (trespasse)	Presunção - declaração e IR	Indeferido	Não	Sim	Declarações de IR e extratos bancários ou declaração indicando sua profissão, rendimento e bens que possui	Sim (segredo de justiça)	Diante do baixo valor da causa e da contratação de advogado, incabível o deferimento de gratuidade de justiça	Prejudicado	Prejudicado	Não	Não	Prejudicado	Indeferido	Sinais externos de riqueza incompatíveis com a declaração de IR da parte. O contrato que se pretende rescindir possui valor histórico de 620 mil. Em reconvenção, o requerente afirmou ter gasto aprox. 200 mil em reformas. O agravado informou a existência de imóvel não declarado pelo agravante, no valor aprox. de 540 mil	Não	Não	Não
248	1009997-59.2015.8.26.0100	EMP	Ap.	PJ	Ação de rescisão de contrato de franquia	Declaração de ausência de faturamento, termo de entrega de chaves, extratos bancários e apontamentos SCPC	Não analisado	PJ	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Sentenciado sem apreciação do pedido	Juntou em primeira instância declaração de inatividade, extrato conta bancária, extrato SCPC e Serasa	Prejudicado	PJ	Não	Prejudicado	Deferido	Comprovação da insuficiência de recursos (SCPC e Serasa e extratos - (saldo negativo de aprox. 30 mil). Irrelevância da contratação de advogado particular.	Não	AgInt no AREsp 909951	Não
249	2110934-64.2018.8.26.0000	EMP	AI	PF	Execução de título extrajudicial	Requerido em sede recursal	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Presunção	Não	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Não conhecido	Pedido não conhecido, uma vez que não houve requerimento na origem	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado

250	2038706-91.2018.8.26.0000	EMP	AI	PF	Ação indenizatória	Presunção - declaração e recibo IR	Indeferido	Não	Sim	IR do requerente e eventual cônjuge, CTPS e comprovante de rendimentos	IR	Patrimônio incompatível	Prejudicado	Prejudicado	Sim	Não	Prejudicado	Deferido	Elementos dos autos que corroboram a presunção de hipossuficiência. Renda de aprox 1 salário mínimo de um dos requerentes e o outro declara não ter renda (último salário de R\$ 1.060,00. Existência de imóveis que não significa renda. Depósito de 17 mil em caderneta de poupança que igualmente não denota riqueza.	Não	Não	Não
251	2203066-77.2017.8.26.0000	EMP	AI	PJ	Cumprimento de sentença	Comprovante de faturamento e empréstimo de 45 milhões	Indeferido	PJ	Não	Prejudicado	Prejudicado	Ausência de comprovação de ausência de recursos. Faturamento que é incompatível com o pedido.	Prejudicado	Prejudicado	PJ	Não	Prejudicado	Indeferido	Faturamento incompatível com a alegada ausência de recursos (76 milhões em 2016)	Não	Súmula 481	Não
252	2226416-94.2017.8.26.0000	EMP	AI	PF	Habilitação de crédito	Presunção - declaração	Indeferido	Não	Sim	IR, declaração de rendimentos e extratos bancários	Holerite	Renda incompatível com a alegada insuficiência de recursos (aprox. 5300)	Prejudicado	Prejudicado	Não	Genérico	IR	Indeferido	Rendimento anual superior a 75 mil. Proprietário de veículo e imóvel financiado	Não	Não	Não
253	2188402-41.2017.8.26.0000	EMP	AI	PF	Obrigação de fazer	Presunção - declaração	Deferido	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Sem fundamentação	Pedido de revogação da gratuidade deferida	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Mantido	Ausência de elementos que comprovem que a parte tenha recursos	Não	Não	Não